

AMERICANAS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Relatório de revisão do auditor independente

Informações contábeis intermediárias individuais
e consolidadas

Em 30 de setembro de 2025

AMERICANAS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 30 de setembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais intermediários individuais e consolidados

Demonstrações intermediárias dos resultados individuais e consolidadas

Demonstrações intermediárias dos resultados abrangentes individuais e consolidadas

Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Demonstrações intermediárias do valor adicionado individuais e consolidadas - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Americanas S.A. - Em recuperação judicial
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Americanas S.A. - Em recuperação judicial ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial intermediário, individual e consolidado, em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data, e das demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - demonstração intermediária e com a Norma Internacional "IAS 34 - *Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board (IASB)*", assim como pela apresentação dessas demonstrações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - revisão de demonstrações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de demonstrações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, e apresentadas de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfases

Plano de recuperação judicial

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01, às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, o Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) da Companhia e de algumas controladas foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 19 de dezembro de 2023, sendo que a homologação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo”) ocorreu em 27 de fevereiro de 2024 com a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como no Chapter 15, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial, foi reconhecida a homologação do Plano. Até a conclusão dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, as condições previstas no Plano, foram atendidas: (i) Aumento de capital por meio de subscrição privada de novas ações ordinárias pelos Acionistas de Referência e capitalização de créditos relacionados aos financiamentos de caráter extraconcursal na modalidade *Debtor-In-Possession* (“DIP”) e de créditos detidos por credores; (ii) Pagamento integral dos credores listados na Classe I, IV, os credores fornecedores colaboradores, os credores fornecedores de tecnologia e os titulares de créditos quirografários até R\$ 12 mil ou que tenham escolhido receber R\$ 12 mil e outorgou quitação em relação ao excedente do crédito. Em 26 de julho de 2024, a Companhia concluiu o pagamento aos credores financeiros que escolheram a Opção de Reestruturação II com a recompra de créditos quirografários, além da entrega de novas ações ordinárias, bônus de subscrição e debêntures. Em setembro de 2024, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, destinada, exclusivamente, aos credores da Companhia, nos termos do Plano. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Investigações independente e corporativa da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. e de autoridades públicas

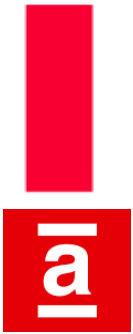
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01, às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, o Comitê Independente apresentou o seu relatório de conclusão da investigação independente em 16 de julho de 2024, confirmando a existência de fraude contábil perpetrada pela Administração anterior até janeiro de 2023, caracterizada, principalmente, por lançamentos indevidos na Rubrica “Fornecedores”, por meio de contratos fictícios de VPC (Verbas de Propaganda Cooperada) e por operações financeiras conhecidas como “risco sacado”, dentre outras operações, nos quais as distorções levantadas foram corrigidas em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, a Companhia possui recurso com efeito suspensivo da sanção imposta pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (“B3”) no sentido de sua suspensão do Novo Mercado, bem como encontra-se em andamento diversos processos administrativos instaurados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF), pela Polícia Federal, dentre outros procedimentos, envolvendo, inclusive, acordo de colaboração de ex-executivos. Em 27 de junho de 2024, foi deflagrada a Operação *Disclosure* pela Polícia Federal que envolve a investigação e a busca e apreensão de dados e informações de ex-executivos. Em 11 de março de 2025, por meio do ingresso de procedimento arbitral a Companhia adotou medidas de responsabilidade civil dos ex-executivos. As investigações das autoridades públicas se encontram em curso e sigilo. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do Valor Adicionado individuais e consolidadas - informação suplementar

Revisamos também as Demonstrações intermediárias do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e considerada informação suplementar pela IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais (ITR), com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas Demonstrações intermediárias do Valor Adicionado individuais e consolidadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2025.



Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial
ITR - Informações Trimestrais
30 de setembro de 2025



ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	343	1.021	404	1.129
Títulos e valores mobiliários	6	179	21	171	21
Contas a receber de clientes	7	755	1.674	764	1.796
Contas a receber - Partes relacionadas	11	57	267	-	-
Estoques	8	2.317	1.860	2.355	1.899
Tributos a recuperar	9	1.018	1.019	1.072	1.125
Imposto de renda e contribuição social	10	67	95	85	124
Despesas antecipadas		140	111	156	130
Outros ativos circulantes		191	327	221	352
Ativos mantidos para venda	28	2.337	581	2.286	502
Total do ativo circulante		7.404	6.976	7.514	7.078
NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar	9	3.366	3.056	3.411	3.056
Imposto de renda e contribuição social	10	234	298	234	298
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	131	-	134
Depósitos judiciais		640	754	647	762
Contas a receber – Partes relacionadas	11	258	53	-	-
Outros ativos não circulantes		-	9	7	10
Investimentos	12	394	623	20	30
Imobilizado	13	1.369	2.016	1.375	2.045
Intangível	14	149	531	149	743
Ativo de direito de uso	15	2.796	3.293	2.797	3.309
Total do ativo não circulante		9.206	10.764	8.640	10.387
TOTAL DO ATIVO		16.610	17.740	16.154	17.465

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.



PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Fornecedores	16	1.952	2.113	2.002	2.190
Risco sacado	17	161	49	154	49
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	-	49
Contas a pagar – Partes relacionadas	11	344	219	-	-
Salários, provisões e contribuições sociais		280	303	301	333
Tributos a recolher	20	678	631	686	647
Imposto de renda e Contribuição social	10	-	-	3	15
Adiantamento recebido de clientes		19	104	23	112
Passivo de arrendamento	15	361	446	361	451
Outros passivos circulantes		161	354	187	400
Passivos associados a ativos mantidos para venda	28	537	-	886	136
Total do passivo circulante		4.493	4.219	4.603	4.382
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	16	277	338	281	341
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	-	17
Debêntures	19	1.907	1.716	1.907	1.716
Tributos a recolher	20	72	155	79	163
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	-	52
Provisão para processos judiciais e contingências	21	627	1.233	659	1.299
Contas a pagar – Partes relacionadas	11	75	57	-	-
Passivo de arrendamento	15	3.253	3.722	3.254	3.735
Provisão para perdas em investimentos	12	536	541	-	-
Plano de assistência médica	29	243	243	243	243
Outros passivos não circulantes		390	546	391	547
Total do passivo não circulante		7.380	8.551	6.814	8.113
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22	39.891	39.891	39.891	39.891
Outros resultados abrangentes		(73)	(67)	(73)	(67)
Prejuízos acumulados		(35.081)	(34.854)	(35.081)	(34.854)
Total do patrimônio líquido		4.737	4.970	4.737	4.970
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.610	17.740	16.154	17.465

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.



Nota	Período de três meses findo em				Período de nove meses findo em				
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024	
Receita operacional líquida	23	2.647	2.694	2.690	2.717	8.502	8.372	8.615	8.495
Custo das mercadorias e serviços vendidos	24	(1.875)	(1.856)	(1.906)	(1.854)	(6.124)	(5.645)	(6.205)	(5.719)
Lucro bruto		<u>772</u>	<u>838</u>	<u>784</u>	<u>863</u>	<u>2.378</u>	<u>2.727</u>	<u>2.410</u>	<u>2.776</u>
Receitas (despesas) operacionais									
Vendas	25	(626)	(695)	(627)	(715)	(1.956)	(2.043)	(1.960)	(2.074)
Gerais e administrativas	25	(348)	(474)	(351)	(475)	(1.083)	(1.291)	(1.100)	(1.324)
Resultado da equivalência patrimonial	12	11	(445)	-	-	21	(1.173)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	25	512	340	518	357	813	1.720	825	1.762
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		<u>321</u>	<u>(436)</u>	<u>324</u>	<u>30</u>	<u>173</u>	<u>(60)</u>	<u>175</u>	<u>1.140</u>
Receitas financeiras	26	354	23.068	358	15.487	699	23.924	709	16.356
Despesas financeiras	26	(269)	(8.186)	(275)	(1.063)	(839)	(10.161)	(842)	(3.771)
Resultado financeiro		<u>85</u>	<u>14.882</u>	<u>83</u>	<u>14.424</u>	<u>(140)</u>	<u>13.763</u>	<u>(133)</u>	<u>12.585</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>406</u>	<u>14.446</u>	<u>407</u>	<u>14.454</u>	<u>33</u>	<u>13.703</u>	<u>42</u>	<u>13.725</u>
Imposto de renda e contribuição social									
Correntes	10	-	-	(2)	(9)	-	-	(11)	(22)
Diferidos	10	-	(4.145)	1	(4.144)	(128)	(4.759)	(126)	(4.759)
Lucro (prejuízo) do período das operações continuadas		<u>406</u>	<u>10.301</u>	<u>406</u>	<u>10.301</u>	<u>(95)</u>	<u>8.944</u>	<u>(95)</u>	<u>8.944</u>
Operações descontinuadas									
Prejuízo do período das operações descontinuadas	28	(39)	(22)	(39)	(22)	(132)	(77)	(132)	(77)
Lucro líquido (prejuízo) do período		<u>367</u>	<u>10.279</u>	<u>367</u>	<u>10.279</u>	<u>(227)</u>	<u>8.867</u>	<u>(227)</u>	<u>8.867</u>
Lucro líquido (prejuízo) por ação - Operações continuadas									
Básico - em R\$	27	2,03	69,25			(0,69)	160,36		
Diluído - em R\$	27	2,03	53,11			(0,69)	125,88		
Lucro líquido (prejuízo) por ação do período									
Básico - em R\$	27	1,84	69,10			(1,65)	158,98		
Diluído - em R\$	27	1,84	53,00			(1,65)	124,80		

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.



	Período de três meses findo em				Período de nove meses findo em			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Lucro líquido (prejuízo) do período	367	10.279	367	10.279	(227)	8.867	(227)	8.867
Outros resultados abrangentes								
Variação cambial de investidas no exterior	(4)	-	(4)	-	(2)	5	(2)	5
Reclassificação para o resultado por redução de capital de investida no exterior	(2)	-	(2)	-	(4)	-	(4)	-
Perda acumulada de instrumentos de <i>hedge</i> reclassificada para o resultado	-	1.349	-	1.349	-	1.349	-	1.349
Total de outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado:								
No período	(2)	1.349	(2)	1.349	(2)	1.349	(2)	1.349
Em períodos subsequentes	(4)	-	(4)	-	(4)	5	(4)	5
	(6)	1.349	(6)	1.349	(6)	1.354	(6)	1.354
Total do resultado abrangente	361	11.628	361	11.628	(233)	10.221	(233)	10.221

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.



	Controladora e Consolidado					
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital Plano de subscrição de ações	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	15.430	1	115	(1.260)	(43.136)	(28.850)
Aumento de capital (nota 22)	24.461	-	-	-	-	24.461
Reversão da reserva do plano de opções de ações	-	-	(114)	-	-	(114)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(1)	-	-	-	(1)
Perda acumulada de <i>hedge</i> reclassificada para o resultado	-	-	-	1.349	-	1.349
Variação cambial de investidas no exterior	-	-	-	5	-	5
Lucro do período	-	-	-	-	8.867	8.867
Saldos em 30 de setembro de 2024	39.891	-	1	94	(34.269)	5.717
Saldos em 1º de janeiro de 2025	39.891	-	-	(67)	(34.854)	4.970
Variação cambial de investidas no exterior	-	-	-	(6)	-	(6)
Prejuízo do período	-	-	-	-	(227)	(227)
Saldos em 30 de setembro de 2025	39.891	-	-	(73)	(35.081)	4.737

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhões de reais)



Nota	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais das operações continuadas				
Lucro líquido (prejuízo) de operações continuadas	(95)	8.944	(95)	8.944
Prejuízo de operações descontinuadas	(132)	(77)	(132)	(77)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(227)	8.867	(227)	8.867
Ajustes ao lucro líquido (prejuízo) do período				
Depreciação e amortização	617	663	625	678
Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	128	4.759	137	4.781
Juros, variações monetárias, cambiais e custos de captação	529	(2.767)	542	(2.349)
Equivalência patrimonial	(21)	1.173	-	-
Constituição de provisão para processos judiciais e contingências	174	551	203	581
Reversão de provisão para processos judiciais e contingências	(325)	(466)	(343)	(485)
Ajuste a valor presente das obrigações	54	(298)	53	(500)
Haircut	-	(13.119)	-	(13.119)
Outros	16	(238)	(17)	747
	945	(875)	973	(799)
Redução (Aumento) nos ativos operacionais				
Contas a receber	827	1.070	851	620
Estoques	(670)	(192)	(705)	(181)
Tributos a recuperar	143	174	146	166
Despesas antecipadas	(31)	(25)	(34)	(27)
Depósitos judiciais	98	(88)	97	(89)
Outras contas a receber (circulante e não circulante)	(276)	380	(173)	970
	91	1.319	182	1.459
Aumento (Redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(113)	(1.863)	(124)	(1.883)
Risco sacado	112	(1.359)	105	(1.359)
Salários, encargos e contribuições sociais	13	(1)	16	(9)
Tributos a recolher (circulante e não circulante)	(375)	(503)	(375)	(493)
Contas a receber/pagar empresas ligadas	117	(897)	-	(17)
Outras obrigações (circulante e não circulante)	(399)	(66)	(452)	(1.156)
	(645)	(4.689)	(830)	(4.917)
Pagamento de contingências				
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(89)	(227)	(105)	(235)
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	-	(2)	-	(1)
Juros pagos sobre arrendamentos	(351)	(398)	(351)	(429)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(1)	-
Atividades operacionais – operações descontinuadas	114	183	(100)	(49)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	65	(4.689)	(232)	(4.971)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários	(150)	1.585	(150)	1.621
Aquisição de imobilizado	(50)	(33)	(51)	(34)
Aquisição de intangível	(116)	(15)	(116)	(19)
Aumento de capital em controlada	(50)	-	-	-
Investimentos - Cotas FIDC	(8)	-	-	-
Caixa líquido incorporado	21	-	-	-
Atividade de investimento das operações descontinuadas	(30)	(37)	142	267
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(383)	1.500	(175)	1.835
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de debêntures e empréstimos e financiamentos	-	3.502	-	3.502
Liquidações de debêntures e empréstimos e financiamentos	-	(2.179)	-	(2.179)
Pagamentos de passivo de arrendamento	(276)	(267)	(276)	(239)
Aumento de capital em dinheiro	-	1.481	-	1.481
Atividade de financiamento das operações descontinuadas	(56)	(54)	(58)	(73)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(332)	2.483	(334)	2.492
	(650)	(706)	(741)	(644)
Redução de caixa e equivalente de caixa				
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	1.021	1.129	1.758
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	343	404	969
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas	28	92	(16)	145
	(650)	(706)	(741)	(644)
Redução de caixa e equivalentes de caixa				

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.



	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	10.106	9.761	10.303	9.965
Outras receitas	289	1.745	300	1.789
Perdas (reversões) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(18)	265	(14)	271
	<u>10.377</u>	<u>11.771</u>	<u>10.589</u>	<u>12.025</u>
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(6.941)	(7.347)	(7.110)	(7.514)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.036)	(1.391)	(963)	(1.331)
	<u>(7.977)</u>	<u>(8.738)</u>	<u>(8.073)</u>	<u>(8.845)</u>
Valor Adicionado Bruto	<u>2.400</u>	<u>3.033</u>	<u>2.516</u>	<u>3.180</u>
Depreciação e amortização	(617)	(663)	(625)	(678)
Valor Adicionado Líquido Produzido	<u>1.783</u>	<u>2.370</u>	<u>1.891</u>	<u>2.502</u>
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	21	(1.173)	-	-
Receitas financeiras	699	23.924	709	16.356
Valor Adicionado Total a distribuir	<u>2.503</u>	<u>25.121</u>	<u>2.600</u>	<u>18.858</u>
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	840	947	908	1.030
Benefícios	191	66	197	74
FGTS	82	67	91	77
	<u>1.113</u>	<u>1.080</u>	<u>1.196</u>	<u>1.181</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(118)	4.154	(111)	4.170
Estaduais	728	718	729	720
Municipais	59	61	61	64
	<u>669</u>	<u>4.933</u>	<u>679</u>	<u>4.954</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	839	10.161	842	3.771
Aluguéis	109	79	110	84
Outras	-	1	-	1
	<u>948</u>	<u>10.241</u>	<u>952</u>	<u>3.856</u>
Remuneração de capitais de próprios				
Lucro líquido (prejuízo) do período das operações continuadas	(95)	8.944	(95)	8.944
Prejuízo do período das operações descontinuadas	(132)	(77)	(132)	(77)
	<u>(227)</u>	<u>8.867</u>	<u>(227)</u>	<u>8.867</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>2.503</u>	<u>25.121</u>	<u>2.600</u>	<u>18.858</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas explicativas às informações trimestrais
do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1 Informações do Grupo Americanas

A Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial (“Americanas” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações ordinárias negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código AMER3, com sede localizada na Rua Sacadura Cabral, 102, Parte, Saúde, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.081-902.

A Companhia e suas controladas combinam plataformas digital, física (com as Lojas Americanas, Americanas Express, Hortifruti e Natural da Terra), franquias (Imaginarium e *Puket*) e publicidade (ads).

A Americanas possui atividade há mais de 95 anos, com presença em aproximadamente 809 municípios em todas as unidades federativas do Brasil. A Companhia conta com cerca de 1.500 lojas e *e-commerce*, com aproximadamente 45 milhões de clientes ativos. Para sua operação, a Companhia conta com uma plataforma logística com nove centros de distribuição que permitem a realização de uma estratégia de vendas multicanal e eficiente, contando com aproximadamente 30 mil colaboradores à frente de toda a operação.

A Companhia possui um plano estratégico focado na rentabilidade, nova estratégia de crescimento sustentável, amplitude no sortimento de produtos com aumento de GMV e margem, foco na potencialização das sinergias entre físico e digital, eficiência na operação e otimização de custos, tendo executado no exercício de 2024 e ao longo do exercício de 2025 passos relevantes para a equalização da sua situação financeira, nos termos do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e das subsidiárias JSM Global S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial, B2W Digital Lux S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial, homologado pelo Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo da Recuperação Judicial” e “PRJ” ou “Plano”, respectivamente), vide nota 1.3.

1.2 Operações descontinuadas de Unidades Produtivas Isoladas (“UPIs”) aprovadas no âmbito do PRJ

(a) Hortifruti Natural da Terra (“HNT”)

A Companhia divulgou Comunicado ao Mercado em 12 de agosto de 2025, informando que retomou o processo de *Market Sounding* para prospecção de interessados na aquisição da unidade de negócio HNT, conforme previsto na cláusula 7.2.1.(i) do PRJ. Assim, as operações do segmento estão sendo apresentadas destacadas nas demonstrações financeiras como ativos mantidos para a venda, passivos associados a ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas, vide nota 28.

(b) Proposta vinculante para a alienação do acervo do Uni.co S.A. (“Uni.co”)

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia divulgou Fato Relevante informando ao mercado que aceitou a proposta vinculante apresentada pela Fan Store Entretenimento S.A. (“BandUP”) para a aquisição da unidade produtiva isolada composta por 100% (cem por cento) das ações de emissão da Uni.co S.A. e, conseqüentemente, pela totalidade do Acervo Uni.Co (conforme definido no PRJ), incluindo a totalidade das ações e quotas, conforme aplicável, representativas do capital social das subsidiárias diretas e indiretas, da Uni.Co S.A. Informações mais detalhadas sobre os termos e condições da alienação, da UPI Uni.Co (conforme definido no PRJ) estão descritas no referido Fato Relevante. Em 7 de outubro de 2025, a Companhia apresentou petição nos autos da Recuperação Judicial, informando a aceitação da proposta vinculante apresentada pela BandUP para aquisição estipulado na melhor oferta. Em decorrência da decisão, as operações do segmento estão sendo apresentadas destacadas nas demonstrações financeiras como ativos mantidos para a venda, passivos associados a ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas, vide nota 28.

(c) AME Digital Instituição de Pagamento Ltda. (“AME”) e Parati Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Parati”)

Em razão da estratégia da companhia, os serviços de conta de pagamento, credenciadora e participante indireta de PIX não serão mais oferecidos pela AME e Parati, que também deixa de ser uma plataforma autônoma de produtos e serviços financeiros. Em decorrência da decisão, as operações do segmento estão sendo apresentadas destacadas nas demonstrações financeiras como ativos mantidos para a venda, passivos associados a ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas, vide nota 28.

Adicionalmente, em junho de 2024, foi assinado um contrato de compra e venda da Parati com a Tudo Serviços S.A. pelo montante de R\$ 34, cujo recebimento está condicionado à aprovação pelo Banco Central do Brasil (BACEN), ainda sem prazo estipulado para tal aprovação. A Companhia está no processo de *Market Sounding* para a venda da AME, conforme previsto no PRJ e teve aprovado o seu pedido de cancelamento para funcionamento como instituição de pagamento regulada pelo BACEN. (nota 31).

1.3 Recuperação judicial

Em razão do cenário enfrentado pela Companhia ocasionado pelos fatos narrados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a Americanas e algumas de suas subsidiárias, nomeadamente JSM Global S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial, e B2W Digital Lux S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial (“Recuperandas” ou “Grupo Americanas”), ajuizaram um pedido de tutela de urgência cautelar em 12 de janeiro de 2023. A tutela foi deferida em 13 de janeiro de 2023, antecipando os principais efeitos do processamento da Recuperação Judicial (conforme definido abaixo).

Em 19 de janeiro de 2023, o Grupo Americanas apresentou o pedido principal de recuperação judicial, (“Recuperação Judicial”), que teve o processamento deferido na mesma data pelo Juízo da Recuperação Judicial, confirmando integralmente a liminar concedida cautelarmente.

O Conselho de Administração (“Conselho”) aprovou a apresentação da primeira versão do PRJ, que foi apresentado nos autos da Recuperação Judicial em 20 de março de 2023.

Em 27 de novembro de 2023, a Americanas protocolou nos autos da Recuperação Judicial uma nova versão do PRJ e, na mesma data, firmou um acordo vinculante de suporte ao PRJ (“PSA”) com credores titulares de mais de 35% da dívida da Companhia, excluído os créditos *intercompany*. Além destes, outros credores que participaram das negociações também subscreveram, posteriormente, o PSA e passaram a apoiar o PRJ, aumentando para mais de 50% o percentual de credores com compromisso formal e vinculante de aprovação do PRJ em sede de Assembleia Geral de Credores.

Após negociações, o PRJ foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 19 de dezembro de 2023 e submetido ao Juízo da Recuperação Judicial para homologação, que ocorreu em 26 de fevereiro de 2024. Com a homologação, todos os créditos sujeitos ao procedimento foram novados, e a Companhia ficou bloqueada para novas ações de capitalização de créditos.


O PRJ aprovado, homologado e em andamento previa:

1. a prospecção e adoção de medidas durante a Recuperação Judicial visando à obtenção de novos recursos através de aumentos de capital (“Aumento de Capital Reestruturação”). Em 25 de julho de 2024 houve a homologação, pelo Conselho de Administração, de aumento de capital no valor total de R\$ 24.461 milhões. A operação envolveu a emissão de 18.815.921.100 novas ações ordinárias ao preço de R\$ 1,30 por ação, bem como a emissão de 6.271.972.262 bônus de subscrição, na proporção de 1 bônus para cada 3 ações subscritas. O montante integralizado contemplou a subscrição privada pelos Acionistas de Referência, com capitalização de créditos de financiamentos extraconcursais na modalidade DIP, e a capitalização de créditos detidos por credores da Companhia. Adicionalmente, em 26 de agosto de 2024, foi efetivado o grupamento das ações e dos bônus de subscrição na proporção de 100 para 1.
2. a reestruturação e equalização do passivo do Grupo Americanas, conforme descrito a seguir:
 - a. Credores Trabalhistas (Classe I) e ME e EPP (Classe IV): na forma do art. 45, §3º, da Lei nº 11.101/2005, o Plano não altera o valor ou as condições originais de pagamento dos créditos, que foram quitados em março de 2024.
 - b. Credores Quirografários (Classe III):
 - (i) Credores com Créditos Quirografários até R\$ 12 mil: Credores com créditos de até R\$ 12 mil, adimplentes com o Compromisso de Não Litigar, tiveram seus créditos integralmente pagos pela Americanas em parcela única, sem deságio e sem correção, liquidados em março de 2024.
 - (ii) Credores com Créditos Quirografários acima de R\$ 12 mil: A Americanas disponibilizou aproximadamente R\$ 40 milhões para pagar credores com créditos acima de R\$ 12 mil que aceitaram receber R\$ 12 mil para quitação, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar. Os saldos desses credores foram liquidados em março de 2024.
 - (iii) Credores Fornecedores: Credores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil, que não aderiram à opção anterior e estão adimplentes com o Compromisso de Não Litigar, estão sendo pagos em 48 parcelas mensais iguais, com deságio de 50%. Os pagamentos iniciaram em março de 2024 e têm previsão de conclusão em 2028.

- (iv) Credores Fornecedores Colaboradores: A Americanas disponibilizou aproximadamente R\$ 3,7 bilhões para pagamento de fornecedores não financeiros que retornaram ao fornecimento regular de produtos, conforme acordado. Esses pagamentos foram efetuados ao longo de março de 2024. Além disso, um montante adicional de cerca de R\$ 300 milhões está sendo pago em 60 parcelas adicionais. Os créditos quirografários desses fornecedores estão sendo pagos conforme as condições gerais para créditos superiores a R\$ 12 mil.
- (v) Credores Fornecedores de Tecnologia: A Americanas disponibilizou R\$ 100 milhões para pagamento de fornecedores de tecnologia que atenderam aos requisitos da Cláusula 6.2.10 do PRJ. Esses créditos quirografários foram pagos em abril de 2024, conforme as condições gerais para créditos superiores a R\$ 12 mil.
- (vi) Leilão Reverso: As Recuperandas realizaram um pagamento antecipado para credores quirografários que optaram por quitação integral ou parcial de seus créditos com um desconto mínimo de 70%, conforme requisitos da Cláusula 6.2.2 do Plano. Foram utilizados cerca de R\$ 2 bilhões para esses pagamentos. O Edital do Leilão Reverso foi apresentado em 13 de março de 2024, com habilitação entre 1 e 26 de abril. O resultado foi divulgado em 27 de maio de 2024.
- (vii) Opção de Reestruturação I: Os Credores Quirografários que optaram pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos Créditos Quirografários, após eventual pagamento de parte dos créditos no contexto do Leilão Reverso, com redução no percentual de 70% e amortização em parcela única em janeiro de 2039, independentemente de estarem adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto no Plano.
- (viii) Opção de Reestruturação II: Os Credores Financeiros assumiram e que estão adimplentes com seu Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano optaram pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos Créditos Quirografários, após o pagamento de parte dos créditos no contexto do Leilão Reverso, mediante a entrega de pacote composto por:
 - (i) Novas Ações Capitalização de Créditos que estavam no processo de emissão no contexto do Aumento de Capital Reestruturação previsto nas Cláusulas 4.1.2 e 5.1 do PRJ;
 - (ii) Debêntures Americanas, nos termos previstos na Cláusula 6.2.6.3 do Plano, sendo (II.1) Debêntures Americanas – Série Simples, nos termos previstos nas Cláusulas 6.2.6.3.1 e 6.2.6.3.3 do Plano, conforme aplicável e (II.2) Debêntures Americanas – Série Prioritária, nos termos previstos nas Cláusulas 6.2.6.3.2 e 6.2.6.3.4 do PRJ, conforme aplicável; que foram emitidas em 16 de setembro de 2024 e
 - (iii) Pagamento em dinheiro correspondente à parcela de Recompra Créditos Quirografários, nos termos e condições previstos nas Cláusulas 6.2.6.4 e 6.2.6.6 do Plano que ocorreu em julho de 2024.
- (ix) Modalidade de Pagamento Geral: Os credores que não optaram por nenhuma das opções de pagamento anteriores ou que se enquadrarem nas hipóteses previstas na Cláusula 6.2.11 do PRJ, tiveram seus Créditos Quirografários reduzidos no percentual de 80% e serão pagos em parcela única, no mês de janeiro de 2044, nos termos do Plano.
- (x) Créditos *Intercompany* e Créditos Acionistas de Referência. Os Créditos *Intercompany* e Créditos Acionistas de Referência não puderam participar do Leilão Reverso e serão quitados, em apenas uma parcela em 2059, com a possibilidade de, a exclusivo critério do Grupo Americanas, tais créditos serem pagos mediante a transferência de recursos, com a incidência de deságio de 95%, desde que todos os Créditos Concursais já tenham sido quitados.
- (xi) Credores *Stock Options*. Os Credores *Stock Options*, mesmo que sejam titulares de Créditos Ilíquidos ou de Créditos Retardatários, terão seus Créditos Quirografários reduzidos no percentual de 93% e serão quitados, após aplicação do deságio, em apenas uma parcela, 30 dias após o envio pelo respectivo Credor *Stock Options* para a Companhia das informações de pagamento.

Como forma de levantamento dos recursos necessários para o cumprimento das obrigações do Plano, o Grupo Americanas:

- (i) poderá promover a alienação da unidade de negócio Hortifruti Natural da Terra (HNT) e da participação no Grupo Uni.co;
- (ii) poderá alienar os ativos listados no Anexo 4.1.4 do PRJ, sob a forma de UPIs ou não;
- (iii) poderá onerar bens do ativo permanente (não circulante) listados no Anexo 4.1.4 do PRJ;
- (iv) poderá alienar ou onerar outros bens móveis ou imóveis do ativo não circulante, inclusive para garantia em processos judiciais, observadas as limitações da Escritura de Debêntures Americanas.



As UPIs definidas no PRJ incluem HNT, Uni.co e Ame Digital. Parte dos recursos provenientes das alienações das UPIs será utilizada para reduzir a dívida remanescente com os credores da Opção de Reestruturação II.

A relação de credores do Grupo Americanas foi apresentada em 2 de junho de 2023, iniciando o prazo para habilitações ou impugnações de créditos, encerrado em 29 de junho de 2023. Créditos não listados podem ser incluídos como retardatários.

Oportunamente, a Administração Judicial Conjunta apresentará a consolidação definitiva do quadro geral de credores.

(a) Reestruturação da dívida em 2024

Em 24 de julho de 2024, o Juízo da Recuperação Judicial homologou as deliberações sobre o Plano de Recuperação Judicial do Grupo Americanas. Essas deliberações tiveram a adesão pelos credores titulares da maioria dos créditos quirografários contra a Companhia e suas subsidiárias, em 17 de julho de 2024.

Em 26 de julho de 2024, a Companhia, concluiu o pagamento aos credores financeiros que optaram pela Opção de Reestruturação II, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. O valor total das dívidas reestruturadas no âmbito do referido plano foi de R\$ 43.574. A reestruturação incluiu, a recompra de créditos quirografários e a emissão de novas ações ordinárias, bônus de subscrição e debêntures. Esses ativos foram devidamente creditados aos credores e encontram-se disponíveis para consulta na B3 e nas respectivas contas de custódia. A data de 26 de julho de 2024 é considerada a Data de Fechamento da Opção de Reestruturação II, conforme estabelecido no Plano de Recuperação Judicial.

(b) Reconhecimento Internacional da Recuperação Judicial

Em 25 de janeiro de 2023, foi ajuizado o *chapter 15*, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial. O pedido foi reconhecido em 3 de março de 2023 ("*Recognition Order*").


As principais informações estão disponíveis no site "<https://ri.americanas.io/recuperação-judicial/chapter-15/>". Após a homologação do PRJ no Brasil, a Companhia obteve reconhecimento pela Corte de Falências de Nova Iorque em 22 de julho de 2024. Em 24 de julho de 2024, o Juízo da Recuperação Judicial do Rio de Janeiro homologou as deliberações sobre o PRJ, com adesão da maioria dos credores quirografários em 17 de julho de 2024.

(c) Conclusão do Relatório da Investigação Independente e Apurações Internas

Em 11 de janeiro de 2023, os então diretores da Companhia, Srs. Sergio Rial e André Covre, relataram, em reunião conjunta do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da Companhia, que foram detectadas inconsistências contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme divulgado em Fato Relevante na mesma data. O Conselho de Administração deliberou, nesta mesma data, a criação do Comitê Independente ("Comitê Independente"), responsável por apurar as circunstâncias que ocasionaram as referidas inconsistências contábeis e, ao fim dos trabalhos, apresentar suas conclusões diretamente ao Conselho de Administração. Os membros do Comitê Independente foram os Srs. Otávio Yazbek, Eduardo Flores e Antonio Luiz Pizarro Manso, com o suporte de assessores especializados neste tipo de demanda.

Em 12 de julho de 2024, o Comitê Independente apresentou as conclusões de seu trabalho de investigação ao Conselho de Administração e à diretoria executiva. As evidências apresentadas pelo Comitê Independente confirmaram a existência de fraude contábil caracterizada, principalmente por lançamentos indevidos na conta Fornecedores, por meio de contratos fictícios de VPC e por operações financeiras conhecidas como "risco sacado", dentre outras operações fraudulentas incorretamente refletidas no balanço da Companhia. De acordo com as evidências, ex-diretores, incluindo Miguel Gomes Pereira Sarmiento Gutierrez, Anna Christina Ramos Saicali, José Timótheo de Barros e Márcio Cruz Meirelles, foram identificados como participantes, bem como outros ex-executivos da Companhia.

Em paralelo ao trabalho do Comitê Independente, a Companhia mensurou o impacto das inconsistências contábeis e realizou a correção destas inconsistências em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (incluindo o impacto em exercícios anteriores), apresentadas em 14 de novembro de 2023. A conclusão da investigação do Comitê Independente não identificou achados complementares, com relação àqueles já refletidos nas demonstrações financeiras de 2022.



Em 31 de outubro de 2024, a Companhia convocou uma assembleia geral extraordinária, que foi realizada em 11 de dezembro de 2024, ocasião em que os acionistas da Companhia, por maioria, autorizaram a propositura pela Companhia de ação de responsabilidade civil pelos prejuízos causados, nos termos do Artigo 159 da Lei nº 6.404/76, em face dos Srs. Miguel Gomes Pereira Sarmiento Gutierrez, Anna Christina Ramos Saicali, José Timótheo de Barros e Márcio Cruz Meirelles, ex-diretores da Companhia, em razão de fraude contábil e demais atos ilícitos correlatos durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia ingressou com procedimento arbitral no dia 11 de março de 2025, conforme aprovado em assembleia.

Além disso, o Conselho de Administração autorizou a Diretoria da Companhia a avaliar e a tomar, quando julgar necessário e conveniente, todas as medidas para a responsabilização civil de todos aqueles que participaram ou concorreram para a prática da fraude contábil e demais atos ilícitos correlatos e não o tenham feito na qualidade de administradores da Companhia ou suas antecessoras durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios sociais anteriores.

(d) Governança e Medidas Tomadas pela Companhia

A B3 iniciou, em março de 2023, um processo de *enforcement* para analisar questões relacionadas ao Fato Relevante divulgado pela Companhia, em 11 de janeiro de 2023, especificamente com relação à observância aos controles internos previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Em 08 de novembro de 2023, a Diretoria de Regulação de Emissores da B3 decidiu suspender a Companhia do Novo Mercado por infrações ao regulamento, até o cumprimento de exigências listadas. A B3 também multou administradores e integrantes de órgãos de assessoramento, atuais e antigos. A Companhia respeita, mas discorda das conclusões da B3, que condenou a Companhia e determinados administradores pela fraude, independentemente de ter ocorrido um *management override of controls* não detectado pelas auditorias internas e externas.


A decisão desconsiderou provas de que a Companhia atendia às normas do Regulamento do Novo Mercado, além de instituir uma obrigação de resultado aos órgãos sociais responsáveis, ao invés de uma obrigação de meio, estabelecendo verdadeira responsabilidade objetiva de tais órgãos e seus integrantes, sem sequer analisar a conduta dos conselheiros e dos demais integrantes de órgãos de assessoramento do Conselho de Administração, individual ou coletivamente. A Companhia apresentou recurso nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o que acarretou a suspensão dos efeitos da decisão até a manifestação da Diretoria da B3 sobre o recurso, o que ainda não ocorreu.

A Companhia adota processos de gestão de riscos e controles internos divididos em três linhas: (i) área de negócios, responsável por monitorar seus próprios riscos; (ii) áreas como Controladoria, Riscos e Controles Internos, Compliance, Controle e Prevenção de Perdas, Jurídico e Segurança da Informação; e (iii) Auditoria Interna. Além desses níveis, a Americanas tem um Comitê de Auditoria Estatutário composto por membros independentes, que assessora o Conselho de Administração no monitoramento e controle de qualidade, e um Conselho Fiscal, órgão independente da Administração, fiscalizador dos atos de gestão administrativa. A Administração revisa anualmente o sistema de governança corporativa, visando a aprimorá-lo.

A Americanas conta com uma estrutura de governança corporativa alinhada com as práticas de governança do Novo Mercado da B3 e com as recomendações dos principais índices de governança do Brasil, da América Latina e do mundo, tais como ISE, Dow Jones, MSCI, Ranking Merco, dentre outros.

A Companhia também adota, como parte de seu Programa de Integridade, um Código de Ética e Conduta, um Canal de Denúncias terceirizado, disponível a todos os stakeholders e supervisionado pelo Comitê de Auditoria, além de políticas de gerenciamento de riscos, de compliance, de combate à corrupção, dentre outras. As denúncias realizadas no Canal são recebidas e classificadas por empresa terceirizada e independente, sendo posteriormente apuradas por área de investigação interna ou externa (sempre que necessário), sob a coordenação da Auditoria Interna. Caso seja identificada alguma vulnerabilidade ou fragilidade que precise de tratativa, durante a apuração é elaborado junto com as áreas de primeira e segunda linha um plano de ação. Até o momento, o resultado das apurações de denúncias não possui impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Após a publicação do Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, foram implementadas medidas com o objetivo de garantir a preservação de informações e documentos da Companhia, tudo com o objetivo de contribuir plenamente com as apurações em curso e com as autoridades envolvidas. E ainda, a nova Diretoria da Companhia está empenhada em continuar fortalecendo a estrutura de governança corporativa e a cultura de atuação baseada na observância dos valores e os princípios éticos.



A Companhia esclarece, ainda, que a Operação *Disclosure* conduzida pela Polícia Federal e Ministério Público Federal está embasada nas investigações independentes conduzidas por essas autoridades, e tinha como objeto a busca e apreensão nos endereços de 14 ex-executivos da Companhia com a finalidade de se colher documentos necessários para identificar a responsabilidade e envolvimento na prática dos crimes investigados. As autoridades alegam, também, que os ex-diretores teriam praticado, dentre outros, crimes de manipulação de mercado e Insider Trading. Importante destacar que as autoridades seguem com as investigações, tendo apresentado denúncia em face de 13 ex-executivos em março de 2025. Além disso, a Comissão de Valores Mobiliários também instaurou dois inquéritos a fim de apurar os fatos ocorridos na Companhia.

A Companhia vem colaborando integralmente com todas as investigações que vêm sendo realizadas pelos órgãos reguladores e autoridades competentes, inclusive a Comissão de Valores Mobiliários, a B3, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e atenderá de forma diligente às determinações que surjam a partir das investigações conduzidas pelas autoridades competentes, com relação às quais a Companhia a princípio não tem acesso, por serem conduzidas em segredo de justiça, incluindo as colaborações com o Ministério Público Federal realizadas por ex-executivos, como Fábio Abrate e mais recentemente Márcio Cruz Meirelles. Com a continuidade das investigações, caso haja a identificação de outras pessoas envolvidas com tais fatos, a Companhia avaliará as medidas cabíveis em relação a outros potenciais responsáveis.

(e) Alegação de Descumprimento do Plano

Em 25 de setembro de 2024, determinados credores da Companhia, titulares de *bonds* emitidos no mercado internacional, apresentaram petição alegando suposto descumprimento do Plano e requerendo a intimação das Recuperandas para efetuarem pagamento adicional, no valor de US\$ 10 milhões. Tais credores alegam que as Recuperandas efetuaram um pagamento a menor pois, em relação aos créditos em dólar, desconsideraram a variação cambial verificada entre 27 de março de 2024 (data da Taxa de Câmbio Conversão, conforme Cláusula 1.1.144 do Plano) e 26 de julho de 2024 (Data de Fechamento – Opção de Reestruturação II).

Em 24 de outubro de 2024, as Recuperandas apresentaram sua resposta contra tal alegação, sustentando, dentre outras matérias que: (i) os credores violaram o Compromisso de Não Litigar previsto no Plano, (ii) a matéria está preclusa; (iii) o Plano não prevê a indexação dos créditos em moeda estrangeira e autoriza a sua conversão para viabilizar a apuração da cascata de pagamentos para todos os eventos de reestruturação, já que os valores a serem distribuídos entre os credores nos termos do Plano foram fixados em reais.

A matéria está pendente de decisão pelo Juízo da Recuperação Judicial.

2. Políticas contábeis materiais

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Essas informações trimestrais foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional.

As políticas contábeis estão sendo apresentadas de forma consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, não ocorreram mudanças nas premissas e estimativas contábeis em relação às divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2.1 Base de preparação

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo IASB – *International Accounting Standards Board* e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Em conformidade com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e na avaliação da Administração sobre os impactos relevantes das informações a serem divulgadas, as notas explicativas descritas abaixo não estão sendo apresentadas. As demais estão sendo apresentadas de forma a permitir o perfeito entendimento dessas informações trimestrais se lidas em conjunto com as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

As informações e notas explicativas não apresentadas nestas informações trimestrais, com relação às apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 são as seguintes:

- Detalhamento das políticas contábeis materiais;
- Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas;
- Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis; e
- Cobertura de seguros.

(a) Autorização de emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas

A emissão destas informações trimestrais foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 12 de novembro de 2025.

(b) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) e sua divulgação como parte integrante do conjunto das informações trimestrais. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. A IAS 34 não exige a apresentação desta demonstração e, portanto, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais são apresentadas em milhões de reais, que é a moeda funcional do Grupo, exceto quando indicado de outra forma e arredondadas para o número mais próximo.

2.3 Adoção de normas novas e revisadas no período

Os pronunciamentos, orientações e interpretações que entraram em vigor para o período iniciado em 1º de janeiro de 2025 não tiveram qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas informações trimestrais, exceto quando informado abaixo.

Alteração à IAS 21 – Falta de conversibilidade

A Companhia adotou as alterações à norma IAS 21 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio, emitidas pelo IASB em agosto de 2023 e com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. As referidas alterações introduzem orientações específicas sobre como proceder quando uma moeda deixa de ser permutável, estabelecendo critérios para determinação da permutabilidade e para a estimativa da taxa de câmbio à vista em situações de ausência de conversibilidade. Além disso, foram incluídos novos requisitos de divulgação com o objetivo de proporcionar maior transparência quanto aos efeitos financeiros decorrentes dessa condição.

3. Gestão de riscos financeiros

3.1 Fatores de riscos financeiros

No curso normal de seus negócios, o Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de inflação e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo e risco de liquidez. Tais riscos são constantemente monitorados pela Administração. Quando considerado que a contratação de instrumentos derivativos para proteção desses riscos é aplicável, e as condições de mercado permitem, o tema é discutido e supervisionado pelo Conselho de Administração, quando então é feita a avaliação das estratégias.

(a) Risco de Mercado

(i) Risco cambial

A Companhia emitiu debêntures conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial. As debêntures foram emitidas em três séries, sendo que uma destas possui atualização monetária vinculada a cotação de fechamento da taxa do dólar de venda dos Estados Unidos. Sendo assim, a Companhia possui dívidas com atualização expostas à variação cambial.

Análise de sensibilidade

A Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando a deterioração da taxa efetiva do Real em relação ao Dólar ao final de 2025 em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

		Consolidado				
		30/09/2025		Efeito no resultado		
		Moeda estrangeira	Reais	Cenário I Provável 2025 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
USD	Debêntures	(31)	(165)	(5)	(48)	(90)
	Impacto no resultado			(5)	(48)	(90)
(') Premissas adotadas:		30/09/2025	Provável (i)	+25%	+50%	
	USD	5,31	5,48	6,85	8,22	

(i) Taxa anual estimada do dólar em 31 de dezembro 2025, com base no Relatório Focus do Banco Central.

(ii) Risco de taxa de juros

O Grupo se utiliza de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações, bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Como parte do plano de liquidação dos eventos previstos no Plano de Recuperação Judicial, o Grupo emitiu debêntures no mercado em três séries, sendo a primeira e segunda séries indexadas à variação do CDI.

Análise de sensibilidade

A Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando a elevação da taxa efetiva anual do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

		Consolidado			
		30/09/2025	Cenário I Provável 2025 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
	Equivalentes de caixa	310	-	12	23
CDI	Títulos e valores mobiliários	171	-	6	13
	Debêntures	(1.742)	-	(65)	(130)
	Impacto no resultado		-	(47)	(94)
(') Premissas adotadas:		30/09/2025	Provável (i)	+25%	+50%
	CDI	14,90	14,90	18,63	22,35

(i) Taxa anual estimada de juros em 31 de dezembro de 2025, com base no Relatório Focus do Banco Central.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, os limites de riscos individuais são determinados com base em uma modelagem interna que considera variáveis como classificação de *rating* e tamanho do Patrimônio Líquido das contrapartes. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas em cartão do Grupo serem realizadas substancialmente por meio de cartões de crédito administrados pelas principais operadoras de cartão de crédito do mercado, que possuem excelentes níveis de classificação de risco. O Grupo mantém provisão de perda de créditos estimada em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões de fluxo de caixa e de liquidez do Grupo para assegurar a suficiência de caixa para atender suas necessidades operacionais. Essas previsões levam em consideração as expectativas de geração operacional de caixa, os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas contratuais e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos e níveis de riscos apropriados para fornecer liquidez suficiente à Companhia, conforme determinada pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa, em valores nominais, os passivos financeiros do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data final do contrato:

	Consolidado				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Em 30 de setembro de 2025					
Fornecedores	2.002	27	191	63	2.283
Risco Sacado	154	-	-	-	154
Debêntures	-	-	1.907	-	1.907
Arrendamentos a pagar	361	321	921	2.012	3.615
Opção <i>I e default</i>	-	-	-	17	17

3.2 Gestão de capital

O objetivo do Grupo ao administrar seu capital é o de manter uma estrutura de capital eficiente para minimizar os custos a ela associados e assegurar a continuidade de suas operações, para oferecer retorno adequado aos acionistas e benefícios aos demais *stakeholders*. O monitoramento da dívida do Grupo é realizado através do índice de Dívida líquida/EBITDA, além do acompanhamento da geração de caixa operacional.

4. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

	Nota	Hierarquia	Controladora		Consolidado	
			30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros						
Mensurados pelo custo amortizado						
Contas a receber de clientes	7	-	755	1.674	764	1.796
Contas a receber - partes relacionadas	11	-	315	320	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	6	-	8	-	-	-
Mensurados a valor justo por meio do resultado						
Equivalentes de caixa	5	Nível 2	266	795	310	874
Títulos e Valores Mobiliários	6	Nível 2	171	21	171	21
Passivos Financeiros						
Mensurados pelo custo amortizado						
Fornecedores	16	-	2.229	2.451	2.283	2.531
Risco sacado	17	-	161	49	154	49
Empréstimos e financiamentos e Debêntures	18	-	1.907	1.716	1.907	1.782
Contas a pagar - partes relacionadas	11	-	419	276	-	-
Arrendamentos a pagar	15	-	3.614	4.168	3.615	4.186

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Caixa e Bancos	77	226	94	255
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (i)	82	795	126	874
Compromissadas (ii)	184	-	184	-
	<u>343</u>	<u>1.021</u>	<u>404</u>	<u>1.129</u>

- (i) Os Certificados de Depósito Bancário são remunerados a uma taxa média de 100% do CDI em 30 de setembro de 2025 (101% do CDI em 31 de dezembro de 2024). Os CDBs classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.
- (ii) As operações compromissadas classificadas como equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, utilizadas na gestão de caixa da Companhia.

6. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Certificados de Depósitos Bancários – CDB's (i)	171	21	171	21
Cotas FIDC (ii)	8	-	-	-
	<u>179</u>	<u>21</u>	<u>171</u>	<u>21</u>

- (i) Os Certificados de Depósitos Bancários, integralmente de instituições financeiras, são remunerados a uma taxa média de 100% do CDI em 30 de setembro de 2025 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2024), na controladora e consolidado. Não há intenção de alienação desses títulos para um prazo superior a 1 ano, motivo pela qual estão classificados no ativo circulante.
- (ii) Cotas Subclasse Subordinadas do FIDC Colombo no valor de R\$ 8 milhões, correspondentes a 7.000 cotas de titularidade da Americanas S.A. – em Recuperação Judicial.

7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Cartões de crédito (i)	737	1.624	736	1.632
Demais contas a receber	40	69	64	195
	<u>777</u>	<u>1.693</u>	<u>800</u>	<u>1.827</u>
Provisão de perda de crédito estimada	(22)	(19)	(36)	(31)
	<u>755</u>	<u>1.674</u>	<u>764</u>	<u>1.796</u>

- (i) As operações com cartões de crédito podem ser parceladas, no máximo, em até doze meses. O risco de crédito do Grupo é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito.

O *aging list* do contas a receber de clientes, está composto conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
A vencer	754	1.676	763	1.795
Vencidos:				
até 60 dias	1	5	1	8
mais de 180 dias	22	12	36	24
	<u>777</u>	<u>1.693</u>	<u>800</u>	<u>1.827</u>

O valor da provisão de perda de crédito estimada é baseado na análise da Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos. A movimentação da provisão para perdas de crédito estimada está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 01 de janeiro	(19)	(26)	(31)	(43)
Adições	(20)	(1)	(27)	(4)
Reversões	17	2	17	2
Reclassificação para mantido para venda	-	-	5	6
Saldo final em 30 de setembro	<u>(22)</u>	<u>(25)</u>	<u>(36)</u>	<u>(39)</u>

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Mercadorias para revenda	2.772	2.214	2.810	2.253
Suprimentos e embalagens	22	38	22	38
Mercadoria de terceiros	-	12	-	12
Provisão para perdas na realização dos estoques (i)	(477)	(404)	(477)	(404)
	<u>2.317</u>	<u>1.860</u>	<u>2.355</u>	<u>1.899</u>

(i) As provisões para perdas nos estoques são compostas por: (a) provisão para realização dos estoques que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda; (b) provisão para obsolescência que considera mercadorias com giro lento; e (c) provisão para perdas em inventários físicos de lojas e centros de distribuição.

A movimentação da provisão para perdas e obsolescência está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 01 de janeiro	(404)	(694)	(404)	(694)
(Adições) / Reversões	(76)	247	(76)	242
Reclassificação para mantido para venda	3	-	3	-
Saldo final em 30 de setembro	<u>(477)</u>	<u>(447)</u>	<u>(477)</u>	<u>(452)</u>

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	2.199	2.133	2.211	2.148
PIS e COFINS	2.176	1.928	2.262	2.018
Outros	9	14	10	15
	<u>4.384</u>	<u>4.075</u>	<u>4.483</u>	<u>4.181</u>
Parcela do circulante	1.018	1.019	1.072	1.125
Parcela do não circulante	3.366	3.056	3.411	3.056

(a) Ressarcimento de créditos de PIS e COFINS

A Companhia recebeu, em junho de 2025, comunicado sobre despacho decisório da Receita Federal do Brasil ("RFB"), que deferiu parcialmente os pedidos de ressarcimento, interpostos pela Companhia nos exercícios de 2016 e 2017, de créditos de PIS e COFINS vinculados a receitas não tributadas na venda de produtos relacionados à Lei 11.196/2005, conhecida como Lei do bem. Os créditos concedidos têm por base êxito em ação judicial, transitada em julgado, por decisão do Supremo Tribunal de Justiça ("STJ"), com manifestação favorável do Supremo Tribunal Federal ("STF"). Como consequência do despacho decisório, a Companhia reconheceu no resultado do período, em contrapartida ao ativo, o montante líquido de R\$ 47, referente aos créditos homologados.

(b) Exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia informa que, após análise jurídico-tributária e acompanhamento de decisões judiciais recentes, especialmente o julgamento favorável do Tema Repetitivo nº 1.125 pelo STJ, passou a reconhecer o direito à exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em levantamento preliminar, a Companhia estima que o montante potencial de créditos tributários a ser recuperado é de aproximadamente R\$ 559, sendo R\$ 307 de principal e R\$ 252 de atualização monetária, relativo aos períodos abrangidos pelas ações judiciais.

10. Imposto de renda e contribuição social

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

(a) Imposto de renda e contribuição social – correntes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Ativo				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	247	374	261	399
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	54	19	58	23
	<u>301</u>	<u>393</u>	<u>319</u>	<u>422</u>
Parcela do circulante	67	95	85	124
Parcela do não circulante	234	298	234	298
Passivo				
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	-	-	2	11
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	-	-	1	4
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>15</u>

(b) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social à alíquota nominal e os montantes efetivos em resultados é demonstrada abaixo:

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Lucro do período antes do imposto de renda e contribuição social (a)	406	14.446	407	14.454
Alíquota vigente dos tributos	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal	<u>(138)</u>	<u>(4.912)</u>	<u>(138)</u>	<u>(4.914)</u>
Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL				
Equivalência patrimonial	4	(151)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos	96	912	93	755
Despesas indedutíveis	<u>38</u>	<u>6</u>	<u>44</u>	<u>6</u>
Imposto de renda e contribuição social (b)	<u>-</u>	<u>(4.145)</u>	<u>(1)</u>	<u>(4.153)</u>
Corrente	-	-	(2)	(9)
Diferido	-	(4.145)	1	(4.144)
Alíquota efetiva (b/a)	<u>-</u>	<u>29%</u>	<u>0%</u>	<u>29%</u>

Período de nove meses findo em

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Lucro do período antes do imposto de renda e contribuição social (a)	33	13.703	42	13.725
Alíquota vigente dos tributos	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal	(11)	(4.659)	(14)	(4.667)
Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL				
Equivalência patrimonial	7	(399)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos	(173)	236	(181)	(177)
Despesas indedutíveis	49	63	58	63
Imposto de renda e contribuição social (b)	(128)	(4.759)	(137)	(4.781)
Corrente	-	-	(11)	(22)
Diferido	(128)	(4.759)	(126)	(4.759)
Alíquota efetiva (b/a)	(388%)	35%	(324%)	35%

(c) Composição e movimentação dos tributos diferidos

	Controladora					
	Aumento / (Redução)					
	01/01/2024	Resultado	31/12/2024	Crédito concedido à controlada (iv)	Resultado	30/09/2025
Prejuízos fiscais e bases negativas	9.662	(4.536)	5.126	-	1.113	6.239
Reversão de Créditos Fiscais Constituídos	(4.853)	(142)	(4.995)	(3)	(1.241)	(6.239)
Diferenças temporárias:						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	514	(51)	463	-	(224)	239
Provisão para perda de estoques e contas a receber	713	(465)	248	-	23	271
Ajustes a valor presente	3	(3)	-	-	-	-
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	209	9	218	-	20	238
Crédito fiscal de controladas no exterior	64	11	75	-	(16)	59
Outras adições (i)	517	(53)	464	-	214	678
Reversão de Créditos Fiscais de Diferenças Temporárias	(1.545)	738	(807)	-	(158)	(965)
Total ativo fiscal diferido	5.284	(4.492)	792	(3)	(269)	520
Ajustes a valor presente	-	(268)	(268)	-	75	(193)
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(231)	49	(182)	-	10	(172)
Variação cambial de empréstimos	(106)	106	-	-	-	-
Outras exclusões (ii)	(138)	(73)	(211)	-	56	(155)
Total passivo fiscal diferido	(475)	(186)	(661)	-	141	(520)
Saldo líquido do ativo fiscal diferido (iii)	4.809	(4.678)	131	(3)	(128)	-



	Consolidado						
	Aumento / (Redução)						
	01/01/2024	Resultado	31/12/2024	Crédito concedido à controlada (iv)	Reclassificação para mantido para venda	Resultado	30/09/2025
Prejuízos fiscais e bases negativas	10.350	(5.077)	5.273	-	(8)	1.489	6.754
Reversão de Créditos Fiscais Constituídos	(5.530)	395	(5.135)	(3)	-	(1.616)	(6.754)
Diferenças temporárias:							
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	527	(50)	477	-	-	(224)	253
Provisão para perda de estoques e contas a receber	922	(666)	256	-	-	29	285
Ajustes a valor presente	3	(3)	-	-	-	-	-
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	209	9	218	-	-	20	238
Crédito fiscal de controladas no exterior	64	11	75	-	-	(16)	59
Outras adições (i)	519	(52)	467	3	-	208	678
Reversão de Créditos Fiscais de Diferenças Temporárias	(1.760)	895	(865)	-	-	(411)	(1.276)
Total ativo fiscal diferido	5.304	(4.538)	766	-	(8)	(521)	237
Créditos extemporâneos	(10)	10	-	-	-	-	-
Ajustes a valor presente	(52)	(239)	(291)	-	52	329	90
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(229)	47	(182)	-	-	10	(172)
Variação cambial de empréstimos	(105)	105	-	-	-	-	-
Outras exclusões (ii)	(139)	(72)	(211)	-	-	56	(155)
Total passivo fiscal diferido	(535)	(149)	(684)	-	52	395	(237)
Saldo líquido do ativo / (passivo) fiscal diferido (iii)	4.769	(4.687)	82	-	44	(126)	-

(i) Adições temporárias referentes a provisões de *impairment*.

(ii) Exclusões temporárias referentes aos ajustes do CPC 47, IFRS 15 e ágio.

(iii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência das negociações em andamento com órgãos fiscalizadores, considerando o estabelecido nos requisitos e condições das leis vigentes, que visa resolver litígios relacionados à cobrança de débitos de natureza tributária, os quais poderão ser utilizados como forma de pagamento de parte da dívida a ser negociada durante o ano de 2025.

(iv) Crédito concedido à ST Importações Ltda., para programa de autoregularização conforme Lei 14.740 para regularização débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil.

11. Transações com partes relacionadas

	Controladora								Período de nove meses findo em 30/09/2025		
	30/09/2025										
	Ativo circulante	Ativo não circulante			Passivo circulante	Passivo não circulante			Resultado		
	Contas a receber	Contas a receber	AVP	Total	Contas a pagar	Contas a pagar (QGC)	AVP	Total	Receita	Custo/Despesa	Despesa (AVP)
Operações com controladas diretas e indiretas: (i)											
Serviços de tecnologia, <i>fintech</i> e intermediação											
Ame Digital (ii)	6	-	-	-	242	752	(745)	7	-	-	-
BIT Services (iii)	23	-	-	-	4	-	-	-	-	(89)	-
Supernow	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-
Serviços de Transporte											
Click Rodo (iv)	24	184	-	184	30	91	(91)	-	-	(183)	-
Transação Mercantil											
ST Importações (v)	-	88	(84)	4	51	80	(79)	1	-	(263)	-
Outras transações											
Demais Contas a receber	4	2	-	2	7	-	-	-	-	-	-
Debêntures											
B2W LUX	-	3.389	(3.356)	33	-	3.220	(3.188)	32	-	-	-
JSM Global	-	3.602	(3.567)	35	-	3.460	(3.425)	35	-	-	(1)
TOTAL	57	7.265	(7.007)	258	344	7.603	(7.528)	75	-	(535)	(1)
Antecipação de Fornecedores											
FIDC Colombo (vi)	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-
TOTAL	57	7.265	(7.007)	258	351	7.603	(7.528)	75	-	(535)	(1)

- (i) O Grupo Americanas atua predominantemente no segmento de varejo, podendo realizar transações com partes relacionadas, controladas direta ou indiretas, com empresas dos seus acionistas e com membros-chave da Administração. Essas transações abrangem, principalmente, a aquisição de mercadorias importadas e para revenda, bem como o aluguel de imóveis destinados às plataformas de varejo físico e digital. Tais transações são conduzidas em conformidade com as diretrizes internas do Grupo, em condições normais de mercado, sem distinção em relação às negociações com outros fornecedores.
- (ii) Os valores de contas a receber/(pagar) com a Ame Digital, referem-se às comissões pelas vendas efetuadas via plataforma de *Marketplace* da Controladora, mútuo adquirido em 2025 no valor de R\$ 170 com a Ame Digital e reembolso de despesas compartilhadas.
- (iii) Transações de prestação de serviços da BIT com a controlada.
- (iv) As transações com a Click referem-se a despesas com frete, repasse de recebíveis e reembolso de despesas compartilhadas. Renegociações se encontram em curso não existindo qualquer risco de crédito com relação a controlada.
- (v) Os saldos referem-se a compra de mercadorias da controladora com as controladas ST Importações Ltda.
- (vi) Em setembro de 2025, o FIDC Colombo realizou operação de risco sacado com a Americanas, tendo como finalidade a antecipação de pagamentos a fornecedores. Em decorrência dessa operação, o fundo passou a registrar um saldo de contas a receber junto à sua controladora. Referido montante foi eliminado para fins de consolidado, em contrapartida ao passivo correspondente de risco sacado. Informações acerca da operação encontram-se descritas na Nota 17.

Controladora

	31/12/2024								Período de nove meses findo em 30/09/2024	
	Ativo circulante	Ativo não circulante			Passivo circulante	Passivo não circulante			Resultado	
	Contas a receber	Contas a receber (QGC)	AVP	Total	Contas a pagar	Contas a pagar (QGC)	AVP	Total	Receita	Custo/Despesa
Operações com controladas diretas e indiretas:										
Serviços de tecnologia, <i>fintech</i> e intermediação										
Ame Digital	8	-	-	-	76	752	(746)	6	-	(755)
BIT Services	23	-	-	-	4	-	-	-	-	(84)
Supernow	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-
Serviços de Transporte										
Click Rodo	220	-	-	-	44	91	(91)	-	-	(346)
Transação Mercantil										
ST Importações	-	84	(84)	-	76	80	(80)	-	-	(257)
Outras transações										
Demais Contas a receber	16	-	-	-	9	-	-	-	-	-
Debêntures										
B2W LUX	-	3.389	(3.363)	26	-	3.220	(3.195)	25	168	-
JSM Global	-	3.601	(3.574)	27	-	3.458	(3.433)	25	141	-
Debêntures – DIP	-	-	-	-	-	178	(177)	1	-	(177)
TOTAL	267	7.074	(7.021)	53	219	7.779	(7.722)	57	309	(1.619)

12. Investimentos – Controladora

(a) Movimentação dos investimentos na Controladora

	% Participação	Saldos em 31/12/2024	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Aporte de capital (ii)	Incorporação (i)	Reclassificado para mantido para venda	Redução de capital em controlada	Outros	Saldos em 30/09/2025
Uni.co S.A.	100	181	-	-	50	-	(222)	-	(9)	-
ST Importações	100	176	20	-	-	-	-	-	-	196
Submarino Finance	100	96	4	-	-	-	-	-	-	100
Louise Holdings	100	76	-	(11)	-	-	-	(11)	1	55
Americanas Local S.A.	100	21	(9)	-	-	(12)	-	-	-	-
BWU Comércio e Entretenimento	100	21	2	-	-	-	-	-	-	23
Digital Finance	100	18	1	-	-	(19)	-	-	-	-
Extrafruti	10	10	-	-	-	-	(12)	-	2	-
B2W Rental	99,96	4	-	-	-	(4)	-	-	-	-
Outros	-	20	-	-	-	-	-	-	-	20
Total de investimentos		623	18	(11)	50	(35)	(234)	(11)	(6)	394
Mesa- express	99,99	(172)	(3)	-	-	-	-	-	-	(175)
Click – Rodo Entregas Ltda	100	(223)	11	-	-	-	-	-	-	(212)
Super Now	100	(56)	(10)	-	-	-	-	-	-	(66)
Klanil Services	100	(57)	-	9	-	-	-	(7)	-	(55)
Bit Services	100	(29)	6	-	-	-	-	-	-	(23)
Americanas Lux	100	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(1)
B2W Lux	100	(2)	(1)	-	-	-	-	-	-	(3)
JSM Global	100	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Total de provisão para perdas em investimentos		(541)	3	9	-	-	-	(7)	-	(536)
Total		82	21	(2)	50	(35)	(234)	(18)	(6)	(142)

(i) Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2025 foi aprovada a incorporação, pela Companhia, dos acervos líquidos das subsidiárias integrais, Americanas Local S.A. no montante de R\$ 19, Digital Finance Promotora Ltda. no montante de R\$ 18 e B2W Rental S.A. no montante de R\$ 5, totalizando os acervos incorporados o montante de R\$ 42. As incorporações tiveram como base laudos de avaliação do patrimônio líquido, a valor contábil, emitido por perito independente, e contemplam as movimentações patrimoniais realizadas pelas incorporadas da data base dos laudos de avaliação até a data da efetiva incorporação, ou seja, 29 de abril de 2025. Com isso, o montante incorporado importou em R\$ 35. Por serem controladas integrais, as incorporações não produziram qualquer efeito no capital social ou patrimônio líquido da Companhia.

(ii) Em Assembleia Geral Extraordinária do Uni.co S.A., subsidiária integral da Companhia, realizada em 19 de agosto de 2025, foi aprovado o aumento de capital da subsidiária no montante de R\$ 55. Até 30 de setembro de 2025 foram integralizados pela Companhia o montante de R\$ 50. O aporte de capital tem por objetivo liquidar passivos financeiros da subsidiária e de controladas da subsidiária.



	% Participação	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Outros resultados abrangentes	Transferência para provisão de perdas	Aporte de capital	Reclassificado para mantido para venda	Outros	Saldo em 30/09/2024
Ame Holding	100	1.291	2	-	-	-	-	(609)	(684)	-
JSM Global	100	280	(587)	-	306	-	-	-	-	-
Uni.co S.A.	100	198	(7)	1	-	-	-	-	-	192
B2W Lux	100	189	(460)	-	269	2	-	-	-	-
ST Importações	100	108	17	-	-	-	-	-	-	125
Americanas Local S.A.	100	29	(31)	-	-	-	-	-	2	-
Submarino Finance	100	91	3	-	-	-	-	-	-	94
Louise Holdings	100	72	-	9	-	-	-	-	-	81
QSM Distribuidora e Logística	100	38	(3)	-	-	-	-	-	-	35
BWU Comércio e Entretenimento	100	22	-	-	-	-	-	-	-	22
Digital Finance	100	14	-	-	-	-	-	-	-	14
Extrafruti	10	9	2	-	-	-	-	-	(1)	10
Freijó Administração e Participações	100	4	-	-	-	-	-	-	-	4
B2W Rental	100	4	-	-	-	-	-	-	-	4
Americanas Lux	100	-	(1)	-	-	1	-	-	-	-
Outros	-	22	(2)	-	-	-	-	-	-	20
Total de investimentos		2.371	(1.067)	10	575	4	-	(609)	(683)	601
Mesa – Express	99,99	(169)	(5)	-	-	-	-	-	-	(174)
B2W Lux	100	-	-	-	-	(2)	-	-	-	(2)
Click – Rodo Entregas Ltda	100	(140)	(99)	-	-	-	-	-	-	(239)
Super Now	100	(62)	(15)	-	-	-	-	-	-	(77)
JSM Global	100	-	-	-	-	(1)	-	-	-	(1)
Klanil Services	100	(37)	-	(5)	-	-	-	-	-	(42)
Bit Services	100	(24)	10	-	-	-	-	-	-	(14)
Americanas Lux	100	-	-	-	-	(1)	-	-	-	(1)
Skoob	100	(3)	(2)	-	-	-	5	-	-	-
Total de provisão para perdas em investimentos		(435)	(111)	(5)	-	(4)	5	-	-	(550)
Total		1.936	(1.178)	5	575	-	5	(609)	(683)	51



(b) Controladas

Abaixo apresentamos as informações sobre as principais empresas em operação do grupo:

(i) ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial (controlada direta)

Com sede localizada na cidade de São José, Santa Catarina, tem por objeto social a importação, exportação, armazenamento e comércio de produtos eletrônicos, eletroeletrônicos, acessórios de carros, ferramentas, peças de assistência técnica, produtos de utilidade doméstica, brinquedos, brindes, produtos de higiene, cosméticos, perfumes, representação comercial e assessoria empresarial. É controlada diretamente pela Americanas e suas operações consistem substancialmente na importação de mercadorias para revenda para a sua Controladora.

(ii) Uni.co S.A. (controlada direta) – Reclassificado para mantido para venda (Notas 1.2 e 28)

O Grupo Uni.co é especializado na gestão de marcas de varejo com forte identidade e apelo emocional. Seu portfólio inclui marcas como Imaginarium, Puket, MinD e LoveBrands, atuando nos segmentos de presentes criativos, moda e decoração. Com presença nacional por meio de franquias, *e-commerces* e pontos multimarcas. Em setembro de 2025 a Companhia aceitou proposta vinculante para a venda de 100% (cem por cento) do capital votante do acervo da UPI Uni.co e correspondentes subsidiárias diretas e indiretas, conforme previsto no PRJ. Em decorrência da decisão, as operações do segmento estão sendo apresentadas destacadas nas demonstrações financeiras como ativos mantidos para a venda, passivos associados a ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas.

(iii) AME Digital (controlada direta) – Reclassificado para mantido para venda (Notas 1.2, 28 e 31)

A Ame Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. “Ame Digital”, constituída em 31 de julho de 2019, obteve em 2022 autorização do BACEN para operar como instituição de pagamento, emitindo moeda eletrônica pré-paga. Expandiu suas operações como Credenciadora, gerando receita através de taxas pagas por estabelecimentos comerciais. Também, ofereceu cartões pré-pagos e de crédito em parceria com emissores locais. Adicionalmente, atuou como *hub* de empréstimos, principalmente em parceria com instituições financeiras e plataformas de crédito, gerando receita através de comissionamento. Em 2024, o Grupo iniciou o processo de venda da Ame Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. Em decorrência da decisão, as operações do segmento estão sendo apresentadas destacadas nas demonstrações financeiras como ativos mantidos para a venda, passivos associados a ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas.

Em novembro de 2025, o Banco Central do Brasil publicou no Diário Oficial da União a aprovação do pedido de cancelamento da autorização de funcionamento da AME Digital. A decisão foi motivada pela alteração do objeto social da empresa, que implicou na sua descaracterização como instituição de pagamento, conforme previsto na regulamentação vigente.

(iv) B2W LUX S. à. R.L – Em recuperação judicial (controlada direta)

Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia. Os títulos emitidos pela controlada, de dívida no exterior (*Bonds*), foram liquidados no exercício de 2024, nos termos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial.

(v) JSM Global S. à. r. l. – Em recuperação judicial (controlada direta)

Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia. Os títulos emitidos pela controlada, de dívida no exterior (*Bonds*), foram liquidados no exercício de 2024, nos termos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial.

13. Imobilizado

(a) Composição

A composição do ativo imobilizado é demonstrada abaixo:

Controladora					
30/09/2025					
Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total	
Terrenos e edificações	4%	218	(79)	(6)	133
Instalações, móveis e utensílios	10%	875	(693)	(15)	167
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	1.932	(1.446)	(306)	180
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	2.562	(1.628)	(45)	889
Total		5.587	(3.846)	(372)	1.369

Controladora					
31/12/2024					
Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total	
Terrenos e edificações	4%	218	(72)	(6)	140
Instalações, móveis e utensílios	10%	956	(701)	(15)	240
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	2.152	(1.489)	(306)	357
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	2.991	(1.723)	(45)	1.223
Obras em andamento	-	18	-	-	18
Outros	10%	38	-	-	38
Total		6.373	(3.985)	(372)	2.016

Consolidado					
30/09/2025					
Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total	
Terrenos e edificações	4%	218	(79)	(6)	133
Instalações, móveis e utensílios	10%	879	(696)	(15)	168
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	1.944	(1.469)	(306)	169
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	2.577	(1.631)	(45)	901
Outros	10%	11	(7)	-	4
Total		5.629	(3.882)	(372)	1.375

Consolidado					
31/12/2024					
Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total	
Terrenos e edificações	4%	218	(72)	(6)	140
Instalações, móveis e utensílios	10%	973	(710)	(15)	248
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	2.211	(1.521)	(306)	384
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	2.981	(1.717)	(45)	1.219
Obras em andamento	-	18	-	-	18
Outros	10%	92	(56)	-	36
Total		6.493	(4.076)	(372)	2.045

A Companhia realizou teste de recuperabilidade dos ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito na nota 14 das demonstrações financeiras do exercício findo naquela data. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, não identificamos eventos ou indicativos relevantes para provisão para redução ao valor recuperável de ativos. Com isso, os testes serão realizados apenas em 31 de dezembro de 2025 ou antes caso sejam identificados indicativos relevantes de *impairment*.

A Companhia possui bens dados em garantia em algumas ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações. O montante desses bens dados em garantia, na controladora e no consolidado, é de R\$ 93 (R\$ 123 em 31 de dezembro de 2024). Os ativos dados em garantia nessas ações judiciais não comprometem o desenvolvimento de suas atividades operacionais.

(b) Movimentação

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 01 de janeiro	2.016	2.314	2.045	2.381
Adições	77	69	78	70
Incorporação	6	-	-	-
Baixas	(127)	(4)	(149)	(16)
Depreciação (i)	(176)	(283)	(167)	(296)
Reclassificação para mantido para venda	(427)	-	(432)	(4)
Saldo final em 30 de setembro	1.369	2.096	1.375	2.135

(i) Em 30 de setembro de 2025, o saldo de depreciação acumulada em benfeitorias em imóveis de terceiros inclui uma baixa de depreciação de R\$ 118 na controladora e R\$ 132 no consolidado. Este valor está relacionado à baixa do custo das lojas encerradas neste período.

14. Intangível

(a) Composição

	Controladora				
	30/09/2025				
Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Total	
Ágio	Indefinida	532	(54)	(478)	-
Direito de uso de <i>software</i>	20%	5.886	(3.937)	(1.800)	149
Outros	8% a 20%	63	(57)	(6)	-
Total		6.481	(4.048)	(2.284)	149

	Controladora				
	31/12/2024				
Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Total	
Ágio	Indefinida	2.146	(54)	(2.092)	-
Direito de uso de <i>software</i>	20%	6.505	(4.026)	(2.423)	56
Marcas e patentes	Indefinida	646	-	(171)	475
Outros	8% a 20%	72	(66)	(6)	-
Total		9.369	(4.146)	(4.692)	531

	Consolidado				
	30/09/2025				
Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Total	
Ágio	Indefinida	1.332	(63)	(1.269)	-
Direito de uso de <i>software</i>	20%	5.983	(3.991)	(1.843)	149
Outros	8% a 20%	82	(76)	(6)	-
Total		7.397	(4.130)	(3.118)	149

Consolidado					
31/12/2024					
	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Total
Ágio	Indefinida	3.204	(63)	(3.090)	51
Direito de uso de <i>software</i>	20%	6.578	(4.082)	(2.440)	56
Marcas e patentes	Indefinida	857	(5)	(246)	606
Outros	8% a 20%	121	(85)	(6)	30
Total		10.760	(4.235)	(5.782)	743

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 01 de janeiro	531	890	743	1.179
Adições (i)	119	16	119	21
Baixas	-	-	-	(5)
Amortização	(16)	(59)	(21)	(66)
Reclassificação para mantido para venda	(485)	-	(692)	(15)
Saldo final em 30 de setembro	149	847	149	1.114

(i) A Companhia tem realizado investimentos contínuos no desenvolvimento de *softwares* com foco na melhoria dos processos operacionais e administrativos, visando o aumento da eficiência e a otimização de suas atividades.

(c) Ágios em aquisições de investimentos

A Companhia avalia a recuperabilidade dos ágios anualmente para verificar a necessidade de provisão para perdas (*impairment*), conforme divulgado na nota 15 (a) – Intangível, ágio em aquisições de investimentos, nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, não identificamos eventos ou indicativos relevantes para provisão para redução ao valor recuperável de ativos. Novos testes serão realizados em 31 de dezembro de 2025, ou antes se houver indicativos relevantes de *impairment*.

Nas informações trimestrais de 30 de setembro de 2025, o saldo remanescente de ágio no montante de R\$ 51 corresponde à parcela não reconhecida por *impairment* sobre a aquisição do Uni.co S.A., reclassificado para Ativos mantidos para a venda (notas 12 e 28).

15. Ativos e Passivos de arrendamento

(a) Direito de uso de imóveis – Arrendamento

	Controladora			
	30/09/2025		31/12/2024	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Direito de uso de imóveis	6.060	(3.264)	2.796	3.293
Saldos líquidos no final do período	6.060	(3.264)	2.796	3.293

	Consolidado			
	30/09/2025		31/12/2024	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Direito de uso de imóveis	6.067	(3.270)	2.797	3.309
Saldos líquidos no final do período	6.067	(3.270)	2.797	3.309

Movimentação do direito de uso de imóveis dos arrendamentos no período:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 01 de janeiro	3.293	4.037	3.309	4.085
Adições	6	70	6	72
Baixas	(164)	(141)	(165)	(175)
Remensurações	306	35	312	36
Depreciação	(387)	(409)	(390)	(411)
Reclassificado para mantido para venda	(258)	-	(275)	-
Saldo final em 30 de setembro	<u>2.796</u>	<u>3.592</u>	<u>2.797</u>	<u>3.607</u>

(b) Arrendamentos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Arrendamentos a pagar	6.442	7.397	6.443	7.417
Juros sobre arrendamento	(2.828)	(3.229)	(2.828)	(3.231)
	<u>3.614</u>	<u>4.168</u>	<u>3.615</u>	<u>4.186</u>
Parcela do circulante	361	446	361	451
Parcela do não circulante	3.253	3.722	3.254	3.735

Movimentação do passivo de arrendamento no período:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 01 de janeiro	4.168	4.915	4.186	4.966
Adições	6	73	6	75
Baixas	(222)	(174)	(223)	(233)
Pagamento	(709)	(744)	(712)	(750)
Juros apropriados	377	423	378	455
Remensurações	295	36	299	36
Reclassificado para mantido para venda	(301)	-	(319)	-
Saldo final em 30 de setembro	<u>3.614</u>	<u>4.529</u>	<u>3.615</u>	<u>4.549</u>

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Fornecedores de mercadorias, suprimentos e outros (ii)	1.878	2.062	1.927	2.136
Acordos comerciais (i)	(90)	(101)	(90)	(101)
Fornecedores da recuperação judicial	591	690	597	698
Ajuste a valor presente - recuperação judicial	(150)	(200)	(151)	(202)
	<u>2.229</u>	<u>2.451</u>	<u>2.283</u>	<u>2.531</u>
Parcela do circulante	1.952	2.113	2.002	2.190
Parcela do não circulante	277	338	281	341

- (i) Nas operações financeiras, quando previstas em acordo comercial, as liquidações se realizam por ocasião do pagamento das faturas, aos fornecedores, pelo montante líquido;
- (ii) Incluem, além de fornecedores de bens e serviços, valores a pagar referentes a aluguéis variáveis. Esses aluguéis são mensurados com base na receita de cada loja e possuem periodicidade de pagamento variável, podendo ser mensal, trimestral, semestral ou anual, conforme os termos de cada contrato.

Abaixo apresentamos os débitos por categoria dos fornecedores classificados conforme definido no Plano de Recuperação Judicial:

Categoria dos fornecedores	Consolidado	
	Saldo em 30/09/2025	Saldo em 31/12/2024
Opção de reestruturação I	10	10
Opção <i>default</i>	75	88
Créditos fornecedores de tecnologia	103	91
Credores fornecedores colaboradores	409	509
	<u>597</u>	<u>698</u>
Ajuste a valor presente	(151)	(202)
	<u>446</u>	<u>496</u>
Parcela do circulante	165	155
Parcela do não circulante	281	341

A Administração apurou que o valor contábil das contas a pagar não difere do seu valor justo.

17. Risco sacado

Com o objetivo de facilitar o acesso a crédito junto aos fornecedores, a Companhia firmou acordos de financiamento com instituições financeiras que permitem aos fornecedores receberem antecipadamente o pagamento de suas faturas em até 120 dias antes dos respectivos vencimentos.

(a) Termos e condições do acordo de financiamento de fornecedores

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia mantinha convênios com diferentes instituições financeiras para a realização de operações de financiamento de fornecedores. O limite total disponível para contratação nessas operações era de R\$ 385 (R\$ 50 em 31 de dezembro de 2024), com prazos vinculados à liquidação das respectivas obrigações comerciais.

A operação de risco sacado é uma opção do fornecedor e não altera as condições comerciais entre as partes (prazo e valor). A antecipação de recebíveis por parte dos fornecedores se dá com base no aceite aos termos, incluindo as taxas de antecipação destas operações. A Companhia não exerce qualquer influência na decisão do fornecedor.

Na referida data, o montante efetivamente utilizado representava aproximadamente 10% do saldo total de contas a pagar. Os contratos preveem, em caso de inadimplemento, a aplicação de multa de 2% sobre o saldo devedor, além de juros de mora de 1% ao mês.

Além dos termos e condições mencionados, alguns contratos estabelecem a constituição de garantias específicas, como recebíveis de cartão de crédito e Certificados de Depósito Bancário (CDBs) vinculados à operação. A Companhia declara que não há ônus sobre os créditos cedidos e que os pagamentos não poderão ser realizados por outros meios que não a liquidação formalizada pela instituição financeira.

Os contratos podem ser rescindidos em caso de inadimplemento, alteração no controle acionário da Companhia ou outras condições previstas nos respectivos instrumentos contratuais.

Estes acordos não possuem cláusulas restritivas (*covenants*), financeiros ou não financeiros e/ou de vencimento antecipado.

(b) Valor contábil dos passivos financeiros que fazem parte dos acordos de financiamento de fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Operação de risco sacado	161	49	154	49
Total	<u>161</u>	<u>49</u>	<u>154</u>	<u>49</u>

(c) Intervalo do prazo médio de pagamento das operações de acordos de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis

	Vencimento em dias	
	Controladora	Consolidado
Operações de risco sacado	60-150	60-150
Contas a pagar que não fazem parte dos acordos de financiamento de fornecedores	30-180	30-180

A Companhia não está exposta a risco significativo de liquidez, uma vez que os acordos de financiamento com fornecedores envolvem um número restrito de passivos e não existem alterações nos prazos e valores originais de pagamentos, não impactando a gestão de capital de giro da Companhia.

18. Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Em moeda nacional	-	-	-	66
Total	-	-	-	66
Parcela do circulante	-	-	-	49
Parcela do não circulante	-	-	-	17

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 01 de janeiro	-	8.816	66	15.889
Amortização de principal	-	-	(36)	(17)
Pagamento de juros	-	-	(13)	(6)
Encargos financeiros	-	546	7	615
Varição cambial	-	44	-	1.148
Custo com captações	-	18	-	89
Reestruturação da dívida (i)	-	(9.424)	-	(17.643)
Reclassificado para mantido para venda	-	-	(24)	-
Saldo final em 30 de setembro (i)	-	-	-	75

(i) O saldo remanescente no consolidado em 2024, refere-se ao empréstimo da Uni.co, que não fez parte do Plano de Recuperação Judicial.

19. Debêntures

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
22ª Emissão – Amer (i)	1.907	1.716	1.907	1.716
Total	1.907	1.716	1.907	1.716

(i) Em setembro de 2024, a Companhia realizou a 22ª emissão de debêntures simples, pública, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimentos entre 2028 e 2029. O valor total da emissão foi de R\$ 1.638, realizada em três séries, sendo a primeira e segunda séries com juros de 128% do CDI e a terceira série atualizada monetariamente pelo fator de variação da cotação de fechamento da taxa de venda de dólares, por meio do sistema PTAX, acrescida de juros de 8,35% ao ano. A escritura da 22ª emissão de debêntures possui cláusulas restritivas usuais para este tipo de emissão, que podem acarretar o vencimento antecipado da dívida, conforme detalhado na escritura pública destas debêntures. Entretanto, não existem cláusulas de atingimento ou manutenção de índices financeiros nestas debêntures.

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial em 01 de janeiro	1.716	15.005	1.716	7.634
Captação	-	3.502	-	3.502
Amortização principal	-	(24)	-	(24)
Pagamento de juros	-	(2)	-	(2)
Encargos financeiros	191	1.017	191	543
Custo com captações	-	10	-	10
Reestruturação da dívida (i)	-	(17.868)	-	(10.023)
Saldo final em 30 de setembro	1.907	1.640	1.907	1.640

20. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	522	540	525	548
Imposto sobre Serviços (ISS)	5	11	5	13
PIS e COFINS	-	-	1	2
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	1	3	2	5
Tributos Parcelados (i)	214	223	223	232
Outros	8	9	9	10
	750	786	765	810
Parcela do circulante	678	631	686	647
Parcela do não circulante	72	155	79	163

(i) Parcelamentos gerados em decorrência de acordos com Órgãos Federais (RFB e PGFN) e Órgãos Estaduais (PGE-RS e AGE-MG).

21. Provisão para processos judiciais e contingências

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis, consumeristas, de natureza imobiliária e locatícia, entre outros assuntos, conduzidos pelo departamento jurídico e por advogados externos.

A Administração, através de dados fornecidos por seus assessores jurídicos, produzidos a partir da análise das demandas em andamento, do Direito envolvido e do histórico de demandas anteriores, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Determinadas ações judiciais estão garantidas através de cartas de fiança bancária, apólices de seguro ou depósitos judiciais, conforme o caso.

Considerando o cenário da aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia vem realizando o acompanhamento e atualização dos critérios de estimativas da provisão, de acordo com o novo modelo e histórico de encerramento dos processos judiciais. Em função da recuperação Judicial, entendemos que não teremos expectativa de pagamento na ótica de curto prazo, portanto, o saldo está refletido todo no longo prazo.

A Companhia entende que não terá a expectativa de pagamento das contingências no curto prazo em virtude do Plano de Recuperação Judicial, desta forma, todo o saldo foi reclassificado para o longo prazo. Em 30 de setembro de 2025, a Companhia e suas controladas apresentavam as seguintes provisões:

(a) Provisões constituídas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Tributários	214	754	221	789
Cíveis	54	47	54	48
Trabalhistas	156	214	181	244
Imobiliário	203	218	203	218
	627	1.233	659	1.299

(b) Equalização de débitos fiscais firmados em junho de 2025

A Companhia celebrou no decorrer do mês de junho de 2025, acordos com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”), com a Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul (“PGE-RS”) e com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”), com a adesão a programas, com o objetivo de equacionar débitos fiscais existentes junto a esses Órgãos Governamentais. Esses acordos trazem benefícios econômicos à Companhia, uma vez que a manutenção dessas discussões implica em esforço financeiro na manutenção de garantias judiciais, honorários advocatícios e outros custos vinculados ao arcabouço judicial. Abaixo apresentamos síntese dos acordos firmados:

(i) Acordo firmado com a PGFN - Tem como base os termos da Lei nº 13.988/2022, cujo critérios foram disciplinados através da Portaria da PGFN nº 6.757/2022. Abrangeu todos os débitos ajuizados na esfera judicial, perante a PGFN até a data de 30 de junho de 2025, abrangendo tributos de natureza previdenciária e não previdenciária.

(ii) Acordo firmado com a PGE-RS - Aderiu ao Programa de Recuperação II, nos termos da Lei Estadual 16.241/2024, regulamentada pelo Decreto 57.844/2024. O objetivo foi equacionar débitos fiscais da Companhia, inscritos em dívida do Estado, abrangendo, basicamente, débitos de ICMS por Substituição Tributária (“ST”) e diferencial de alíquota de ICMS DIFAL.

(iii) Acordo firmado com a AGE-MG - A companhia aderiu ao acordo de transição resolutive de litígios nos termos da Lei Estadual 25.144/2025, regulamentada pelo Decreto 48.997/2025. A adesão ao acordo teve por objetivo equacionar débitos fiscais da Companhia, inscritos em dívida do Estado, abrangendo, basicamente, débitos atuais de ICMS, por ações judiciais, adicionados ao refinanciamento de débitos anteriormente instituídos.

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2025, esses acordos geraram um ganho antes do imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 249 (controladora e consolidado) registrado nas rubricas de outras receitas e despesas operacionais e resultado financeiro. Abaixo apresentamos os efeitos financeiros dos acordos:

Órgãos	Débito total	Depósitos judiciais(i)	Desconto	Líquido a pagar	Termos de pagamento		Montante liquidado no período findo em 30/09/2025	Saldo a pagar em 30/09/2025
					Créditos fiscais(ii)	Caixa(iii)		
PGFN	864	(77)	(525)	262	138	124	124	-
PGE-RS	47	(10)	(23)	14	-	14	5	9
AGE-MG	262	-	(151)	111	-	111	37	74
	<u>1.173</u>	<u>(87)</u>	<u>(699)</u>	<u>387</u>	<u>138</u>	<u>249</u>	<u>166</u>	<u>83</u>

(i) Depósitos judiciais integrantes dos processos judicializados. Aguardam manifestação dos Órgãos beneficiários para conversão em renda destes.

(ii) Créditos decorrentes de Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

(iii) O montante líquido a pagar para PGFN (R\$ 124) foi liquidado em parcela única no dia 30 de julho de 2025. Para a PGE-RS e AGE-MG foram liquidadas 4 de 12 parcelas, atualizadas pela Selic, a partir de junho de 2025.

Tributários

A partir dos débitos transacionados através dos acordos com Órgãos Federais (RFB e PGFN) e Órgãos Estaduais (PGE-RS e AGE-MG), o principal processo fiscal do Grupo decorre de crédito tributário de ICMS constituído sobre operações realizadas com fornecedores declarados inidôneos pela Secretaria Estadual de Fazenda, em data posterior à operação comercial.

Trabalhistas

A Companhia também é parte em ações judiciais individuais e coletivas de natureza trabalhista, sendo que as discussões envolvem principalmente jornada, diferenças salariais, entre outros.

Cíveis

A Companhia, juntamente com suas controladas, é parte em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e das operações de suas controladas, principalmente relacionadas a consumidores e fornecedores.

Imobiliário

A Companhia também é parte em ações judiciais de natureza imobiliária. As discussões envolvem principalmente demandas renovatórias e revisionais de contratos de locação, bem como ações que discutem cobranças de valores relacionados ao custo de ocupação dos imóveis.

(c) Passivos contingentes não provisionados

Em 30 de setembro de 2025, o Grupo possuía demandas administrativas e judiciais de natureza possível no montante aproximado de R\$ 11.262 (R\$ 9.421 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e R\$ 11.680 no consolidado (R\$ 9.803 em 31 de dezembro de 2024). Desse montante, R\$ 107 se refere as causas possíveis dos segmentos reclassificados para mantido para venda da controladora e R\$ 130 no consolidado.

Abaixo apresentamos as principais demandas administrativas / judiciais, classificadas pelos seus assessores jurídicos como “perdas possíveis”, sobre as quais não foi constituída nenhuma provisão. As demais demandas que compõem o saldo acima, de volume significativo e reduzido valor individual, não estão sendo apresentadas.

Em 30 de setembro de 2025	Valor estimado
Glosa ou contestação de crédito tributário	
Relativa ao ICMS ST objeto de ressarcimento, devido ao descumprimento da normal legal específica.	447
Exigência de ICMS	
Relativa à diferença, apurada erroneamente pelo Fisco, entre o quantitativo de estoque informado no arquivo magnético e o estoque físico dos estabelecimentos, escriturado no livro de registro de inventário.	145
Decorrente do recolhimento a menor nas transferências dos Centros de distribuição para lojas em outros estados. Divergência do valor tomado como base de cálculo ou alíquota incidente.	70
Substituição tributária em virtude de falta de recolhimento ou recolhimento a menor do imposto na entrada da mercadoria no território Estadual.	70
Decreto Lei nº 1.455, de 07 de abril de 1976	
Autos de Infração lavrados para aplicação de multa substitutiva da pena de perdimento, sob fundamento de que o real importador da mercadoria foi ocultado na Declaração de Importação.	2.573
Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	
Exigência de imposto decorrente da falta de homologação das Declarações de Compensação, sob o fundamento de que o crédito pleiteado não seria líquido e certo.	63
Exigência de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica decorrente da inobservância do limite de compensação de 30% da base de cálculo do IRPJ.	13
PIS e COFINS	
Despachos decisórios de não homologação de créditos tributários, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS), declarados em pedidos para compensação de débitos de tributos federais.	2.873

(d) Requerimento de Instauração de Arbitragem

Em janeiro de 2023, foi instaurada arbitragem por uma associação em conjunto com supostos acionistas da Americanas com valor da causa de R\$ 500. Ainda, em abril de 2024, a Companhia tomou conhecimento de nova arbitragem iniciada pela associação com o valor da causa de R\$ 32.000, sendo que os requerentes imputam à Companhia e aos acionistas de referência (e atuais acionistas controladores) indenização no valor de R\$ 12.000. Em paralelo, os requerentes também pedem, na qualidade de substitutos processuais da Americanas, indenização em favor da própria Companhia no valor de R\$ 20.000. Em síntese, a arbitragem busca (i) condenar a Companhia e Acionistas de Referência a indenizar os investidores pelas inconsistências contábeis identificadas em suas demonstrações financeiras, e (ii) condenar os acionistas de referência a indenizarem a Companhia pelo prejuízo ocasionado ao patrimônio social em virtude das inconsistências contábeis. O Tribunal Arbitral está constituído em ambos os casos, sendo que em 30 de setembro de 2025, os requerentes apresentaram pedido de desistência da segunda Arbitragem, com a consequente extinção do procedimento, que aguarda deliberação do Tribunal Arbitral. Os valores envolvidos nos referidos procedimentos arbitrais não são passíveis de liquidação na fase atual dos procedimentos, porém a chance de perda atual é considerada, no mérito, como possível.

(e) Ações Cíveis Públicas

Duas ações cíveis públicas foram ajuizadas contra a Companhia, em janeiro de 2023, pelos Instituto Brasileiro de Cidadania - IBRACI e o Instituto de Proteção e Gestão do Empreendedorismo - IPGE, onde incluíram no polo passivo das ações diversos outros réus relacionados à antiga gestão da Companhia.

As ações buscam indenizar credores, fornecedores e consumidores, por danos morais e materiais advindos das inconsistências contábeis identificadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Ambas as ações se encontram em fase postulatória e ainda não é possível estimar com confiabilidade o montante de eventual perda para a Companhia. O prognóstico de perda para ambas é possível.

22. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 30 de setembro de 2025, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 39.918 (R\$ 39.918 em 31 de dezembro de 2024), representado por 200.244.998 ações ordinárias (200.244.252 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024), nominativas e escriturais, sem valor nominal. O limite do capital autorizado é de 435.084.497 ações ordinárias.

Além disto, a conta do capital social no balanço patrimonial é apresentada líquida dos gastos com emissões de ações no valor de R\$ 27 (R\$ 27 em 31 de dezembro de 2024).

Abaixo, apresentamos a composição do capital social da Companhia:

	30/09/2025		31/12/2024	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas controladores (i)	100.122.512	50,00%	100.122.512	50,00%
Outros acionistas ("free floating")	100.122.413	50,00%	100.121.666	50,00%
Total de ações em circulação	200.244.925	100%	200.244.178	100%
Ações em tesouraria	73		74	
Total de ações ordinárias	<u>200.244.998</u>		<u>200.244.252</u>	

(i) Composto pelas participações de Holdings LLC, Samer Investments LLC, Cedar Trade LLC e Carlos Alberto da Veiga Sicupira.

A movimentação do capital social no período é conforme segue:

	Ações ordinárias	Saldo contábil
Em 1º de janeiro de 2025 (i)	200.244.252	39.891
Exercício de bônus de subscrição de ações (ii)	746	-
Em 30 de setembro de 2025	<u>200.244.998</u>	<u>39.891</u>

(i) Saldo contábil líquido dos custos de emissão de ações de R\$ 27.

(ii) Refere-se ao exercício de bônus de subscrição no período, ao preço de R\$ 0,01 por ação.

(b) Bônus de subscrição

Em reunião do Conselho de Administração em 25 de julho de 2024, foi aprovada a concessão de bônus de subscrição, atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das novas ações do capital social da Companhia, na proporção de 1 bônus para cada 3 novas ações integralizadas no aumento de capital ocorrido nessa mesma data.

Os Bônus de subscrição poderão ser exercidos a qualquer momento entre a data da conclusão do aumento de capital e 19 de março de 2027, pelo valor de R\$ 0,01 por ação. Abaixo apresentamos os bônus de subscrição concedidos por categoria de subscritores do capital social (já considerando também o grupamento realizado em agosto de 2024):

	Quantidade
Bônus de subscrição exercíveis em 31 de dezembro de 2024	59.659.976
Bônus exercidos no período – Outros acionistas	(746)
Quantidade de bônus de subscrição exercíveis	<u>59.659.230</u>

23. Receita de vendas e serviços

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Receita bruta de vendas e serviços	3.504	3.472	3.577	3.547
(-) Devoluções/descontos incondicionais	(354)	(321)	(355)	(326)
(-) Tributos sobre vendas e serviços	(503)	(457)	(532)	(504)
Receita líquida	2.647	2.694	2.690	2.717

	Período de nove meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Receita bruta de vendas e serviços	11.138	10.720	11.338	10.930
(-) Devoluções/descontos incondicionais	(1.032)	(959)	(1.035)	(965)
(-) Tributos sobre vendas e serviços	(1.604)	(1.389)	(1.688)	(1.470)
Receita líquida	8.502	8.372	8.615	8.495

24. Custo das mercadorias e serviços prestados

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Mercadorias revendidas	(1.875)	(1.853)	(1.905)	(1.849)
Outros	-	(3)	(1)	(5)
	(1.875)	(1.856)	(1.906)	(1.854)

	Período de nove meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Mercadorias revendidas	(6.123)	(5.644)	(6.202)	(5.714)
Outros	(1)	(1)	(3)	(5)
	(6.124)	(5.645)	(6.205)	(5.719)

25. Despesa por natureza

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Despesas com pessoal	(412)	(469)	(412)	(474)
Despesas e serviços com operações comerciais	(246)	(456)	(246)	(459)
Outras	(108)	(8)	(110)	(15)
	(766)	(933)	(768)	(948)
Depreciação e amortização	(208)	(236)	(210)	(242)
Total das despesas com vendas, gerais e administrativas	(974)	(1.169)	(978)	(1.190)

	Classificados por função como:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Despesas com vendas	(626)	(695)	(627)	(715)
Despesas gerais e administrativas	(348)	(474)	(351)	(475)
	(974)	(1.169)	(978)	(1.190)

Outras receitas e (despesas) operacionais (i)	512	340	518	357
---	-----	-----	-----	-----

	Período de nove meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Despesas com pessoal	(1.304)	(1.288)	(1.308)	(1.314)
Despesas e serviços com operações comerciais	(757)	(1.070)	(758)	(1.071)
Outras	(361)	(313)	(369)	(335)
	(2.422)	(2.671)	(2.435)	(2.720)
Depreciação e amortização	(617)	(663)	(625)	(678)
Total das despesas com vendas, gerais e administrativas	(3.039)	(3.334)	(3.060)	(3.398)
Classificados por função como:				
Despesas com vendas	(1.956)	(2.043)	(1.960)	(2.074)
Despesas gerais e administrativas	(1.083)	(1.291)	(1.100)	(1.324)
	(3.039)	(3.334)	(3.060)	(3.398)

Outras receitas e (despesas) operacionais (ii) 813 1.720 825 1.762

- (i) Em 2025, conforme divulgado na Nota Explicativa 9 (b), foi reconhecido o montante de R\$ 307, referente a créditos decorrentes da exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 2024, foram reconhecidos R\$ 502, referentes à reversão da provisão de créditos fiscais de ICMS do Estado do Rio de Janeiro.
- (ii) Em 2025, conforme divulgado na Nota Explicativa 21 (b), os efeitos da equalização dos débitos fiscais firmados foram reconhecidos no montante de R\$ 161. Em 2024, a Companhia reconheceu R\$ 911, referentes ao *haircut* de fornecedores, montante relacionado à reestruturação das dívidas pelo Plano de Recuperação Judicial, e R\$ 286, referentes ao Programa de Autorregulização.

26. Resultado Financeiro

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Juros e variação monetária e cambial sobre títulos e valores mobiliários (i)	314	4.119	319	3.356
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária (ii)	32	9	32	10
<i>Haircut</i> de credores financeiros (i)	-	11.840	-	11.840
Ajuste a valor presente (i)	2	7.095	-	274
Outras receitas financeiras	6	5	7	7
Total receita financeira	354	23.068	358	15.487
Juros e variação monetária e cambial dos financiamentos	(87)	(373)	(87)	(269)
Encargos de arrendamento	(113)	(129)	(113)	(129)
Ajuste a valor presente (i)	(26)	(7.023)	(23)	-
Outras despesas financeiras	(43)	(661)	(52)	(665)
Total despesa financeira	(269)	(8.186)	(275)	(1.063)
Resultado financeiro	85	14.882	83	14.424

	Período de nove meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Juros e variação monetária e cambial sobre títulos e valores mobiliários (i)	521	4.354	538	3.600
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária (ii)	157	16	157	17
<i>Haircut</i> de credores financeiros (i)	-	12.208	-	12.208
Ajuste a valor presente	15	7.321	-	500
Outras receitas financeiras	6	25	14	31
Total receita financeira	699	23.924	709	16.356
Juros e variação monetária e cambial dos financiamentos (i)	(284)	(1.950)	(286)	(2.544)
Encargos de arrendamento	(351)	(398)	(351)	(429)
Ajuste a valor presente (i)	(69)	(7.023)	(53)	-
Outras despesas financeiras	(135)	(790)	(152)	(798)
Total despesa financeira	(839)	(10.161)	(842)	(3.771)
Resultado financeiro	(140)	13.763	(133)	12.585

- (i) Em 2024, ocorreu toda a reestruturação da dívida da Companhia através do Plano de Recuperação Judicial, onde foi reconhecido no terceiro trimestre, o montante de R\$ 11.840, referente ao reconhecimento do *haircut* relacionado à reestruturação das dívidas com os credores financeiros e R\$ 7.095 referente ao ajuste a valor presente, decorrente principalmente da dívida com partes relacionadas e demais credores da Companhia e demais ajustes financeiros decorrentes das taxas convencionadas no Plano de Recuperação Judicial.
- (ii) Em 2025, conforme divulgado na Nota Explicativa 9 (b), foi reconhecido o montante de R\$ 252, referente à atualização financeira decorrente da exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e da COFINS.
- (iii) Adicionalmente aos efeitos do terceiro trimestre de 2025, conforme divulgado na Nota Explicativa 21 (b) foi reconhecido o montante de R\$ 88 referente aos efeitos da equalização dos débitos fiscais firmados.

27. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico e diluído por ação foi baseado no resultado líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Controladora			
	Período de três meses findo em		Período de nove meses findo em	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Numerador – básico e diluído				
Lucro líquido (prejuízo) do período - operações continuadas	406	10.301	(95)	8.944
Prejuízo do período - operações descontinuadas	(39)	(22)	(132)	(77)
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>367</u>	<u>10.279</u>	<u>(227)</u>	<u>8.867</u>
Denominado – básico				
Média ponderada de ações em circulação	200.244.702	148.760.299	138.166.633	55.772.956
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação – em R\$				
Operações continuadas	2,03	69,25	(0,69)	160,36
Operações descontinuadas	(0,19)	(0,15)	(0,96)	(1,38)
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação do período	<u>1,84</u>	<u>69,10</u>	<u>(1,65)</u>	<u>158,98</u>
Denominador – diluído				
Média ponderada do número de ações em circulação	200.244.702	148.760.299	138.166.633	55.772.956
Efeito das ações potenciais dilutivas (bônus de subscrição)	-	45.185.944	-	15.281.065
Denominador diluído	<u>200.244.702</u>	<u>193.946.243</u>	<u>138.166.633</u>	<u>71.054.021</u>
Lucro líquido (prejuízo) diluído por ação – em R\$				
Operações continuadas	2,03	53,11	(0,69)	125,88
Operações descontinuadas	(0,19)	(0,11)	(0,96)	(1,08)
Lucro líquido (prejuízo) diluído por ação do período	<u>1,84</u>	<u>53,00</u>	<u>(1,65)</u>	<u>124,80</u>

28. Ativos e passivos mantidos para a venda e operações descontinuadas

A Companhia está no processo de *Market Sounding*, para a venda do HNT e AME. Para a Uni.co já há proposta vinculante. As vendas das estão em conformidade com os termos do PRJ aprovado perante a 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, na forma da Lei nº 11.101/2005, vide nota 1.2.

Desta forma, as informações patrimoniais e do resultado do período das UPs em processo de descontinuidade foram reclassificadas e estão sendo apresentadas nessas demonstrações financeiras, destacadas como ativos mantidos para a venda, passivos associados a ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas, em conformidade com o CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (IFRS 5). Atualmente, o processo de venda da Parati encontra-se aguardando aprovação do BACEN para ser concluído. Abaixo apresentamos as informações reclassificadas:

(a) Ativos e passivos classificados como mantidos para venda

	Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	82	62
Títulos e valores mobiliários	23	196
Contas a receber	331	89
Estoques	148	-
Tributos a recuperar	152	74
Imobilizado	434	3
Intangível	706	15
Direito de uso	275	-
Outros ativos	135	63
Total de ativos classificados como mantidos para venda	<u>2.286</u>	<u>502</u>
Fornecedores	117	13
Adiantamento recebido de clientes	63	66
Provisão para processos judiciais e contingências	162	1
Passivo de arrendamento	325	-
Outros Passivos	219	56
Total de passivos associados a ativos mantidos para venda	<u>886</u>	<u>136</u>

(b) Resultado das operações descontinuadas incluídas no resultado do período

	Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024
Receitas	1.490	1.630
Custos	(920)	(928)
Despesas	(707)	(730)
Outras receitas e despesas	27	39
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	<u>(110)</u>	<u>11</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(9)</u>	<u>(27)</u>
Prejuízo antes dos impostos	<u>(119)</u>	<u>(16)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(13)</u>	<u>(61)</u>
Prejuízo das operações descontinuadas	<u>(132)</u>	<u>(77)</u>

(c) Impacto das operações descontinuadas nos fluxos de caixa

	Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(100)	(49)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	142	267
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(58)	(73)
Caixa líquido gerado nas atividades	<u>(16)</u>	<u>145</u>

(d) Impacto das operações descontinuadas nas demonstrações dos valores adicionados

	Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024
Receitas	1.798	1.918
Insumos adquiridos de terceiros	(1.186)	(1.212)
Valor adicionado bruto	<u>612</u>	<u>706</u>
Depreciação e amortização	(90)	(98)
Valor adicionado líquido produzido	<u>522</u>	<u>608</u>
Valor adicionado recebido em transferência	38	60
Valor adicionado total a distribuir	<u>560</u>	<u>668</u>
Pessoal	245	274
Impostos, taxas e contribuições	228	276
Remuneração de capital de terceiros	87	118
Valor total adicionado distribuído	<u>560</u>	<u>668</u>

29. Remuneração dos administradores e benefício pós emprego

(a) Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Benefício de curto prazo a administradores	5	9	5	12
	<u>5</u>	<u>9</u>	<u>5</u>	<u>12</u>

	Período de nove meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Benefício de curto prazo a administradores	32	42	32	44
	<u>32</u>	<u>42</u>	<u>32</u>	<u>44</u>

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e de 2024, a remuneração total aos administradores da Companhia, referem-se a salários e bônus distribuídos aos conselheiros, diretores e principais executivos da Companhia, não tendo sido desembolsado qualquer montante referente a benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. As remunerações estão dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral Ordinária.

(b) Benefício pós emprego

Plano Médico e Odontológico

A Companhia oferece diferentes tipos de plano de saúde e odontológico aos seus atuais empregados e aposentados.

Estes planos estão expostos principalmente ao risco de aumento de custos médicos devido à inflação, novas tecnologias e a um nível elevado de utilização dos benefícios médicos.

Há duas modalidades de contribuição para os planos oferecidos: (i) empregados e aposentados realizam contribuições fixas mensais; e (ii) empregados e aposentados realizam contribuições no regime de coparticipação, além de contribuições mensais calculadas de acordo com faixa salarial. Esses benefícios são contabilizados de acordo com o CPC 33/IAS 19 – Benefícios a Empregados.

30. Informações por segmento

Durante o período, as atividades relacionadas aos segmentos de serviços financeiros, *fresh food* e varejo premium foram descontinuadas, conforme detalhado na nota 1.2. A decisão de descontinuidade está alinhada à estratégia atual da Companhia e reflete as mudanças na estrutura operacional e no foco de atuação.

Com isso, o Grupo passou a concentrar suas operações em um único segmento reportável: o varejo, cujas receitas são originadas da comercialização de produtos por meio de lojas físicas e plataformas digitais. Este segmento representa substancialmente a totalidade das receitas e resultados da Companhia e é monitorado pela Diretoria.

31. Evento subsequente

Descredenciamento da AME Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. "AME"

Em 03 de novembro de 2025, o Banco Central do Brasil autorizou o cancelamento da autorização da AME para operar como Instituição de Pagamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, conforme despacho publicado no Diário Oficial da União na mesma data. Em decorrência da decisão, a companhia alterou sua razão social para Ame Digital Brasil Ltda., conforme alteração contratual realizada em 08 de julho de 2025.

* * *